

Eu apóio

"EDUCAÇÃO NÃO É MERCADORIA"



VEJA QUEM APÓIA A CAMPANHA DA CONTEE CONTRA A
MERCANTILIZAÇÃO DO ENSINO E EM DEFESA DA EDUCAÇÃO DE
QUALIDADE COMO UM DIREITO DE TODOS

SEM FRONTEIRAS

CONTEE SE SOLIDARIZA COM
ENTIDADES SINDICAIS DA
ÁFRICA QUE LUTAM CONTRA
A EPIDEMIA DA AIDS

FONTE OFICIAL

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO
SUPERIOR FALA SOBRE A
RESPONSABILIDADE DO MEC
PELA QUALIDADE DO ENSINO



3 EDITORIAL
A qualidade do nosso conteúdo

4 MESA REDONDA
Em defesa da soberania nacional

9 NACIONAL
Entrevista com Marcio Pochmann - Ipea

12 EDUCACIONAL
Ampliar, avançar e construir

17 JURÍDICO
Uma noite histórica

18 CURTAS das Filiadas

CAPA
22 Os GIGANTES
vão às compras

CAPA
28 Galeria de Depoimentos

30 CURTAS da CONTEE

36 ENTREVISTA
Ronaldo Mota
Secretário da SeSu/MEC

41 SINDICAL - ARTIGO
A complexidade e os desafios de uma luta unificada

44 SOCIAL
Desafios e conquistas da mulher brasileira

46 EM ALTA E EM BAIXA

48 INTERNACIONAL
A educação também pode salvar vidas

Diretoria Executiva

Coordenação Geral: **Madalena Guasco Peixoto**
Coordenação Regional Sul: **Amarildo Pedro Cenci**
Coordenação Regional Sudeste: **Paulo Roberto Yamaçake**
Coordenação Regional Norte: **José Carlos Padilha Arêas**
Coordenação Regional Nordeste: **Cristina Kavalkievicz**
Secretaria Geral: **Cristina de Castro**
Secretaria de Assuntos Educacionais: **José Thadeu R. de Almeida**
Secretaria de Assuntos Jurídicos: **Edson de Paula Lima**
Secretaria de Comunicação Social: **Maria Clotilde Lemos Petta**
Secretaria de Finanças: **José Roberto Torres Machado**
Secretaria de Formação e Políticas Sociais: **Flávio Bitarello**
Secretaria de Organização e Políticas Sindicais: **Fábio Eduardo Zambon**
Secretaria de Questões de Gênero e Etnia: **Rita Fraga Zambon**

A reprodução dos textos é autorizada. Agradecemos a citação da fonte.
Os textos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

Revista da Contee

A revista CONTEÚDO é uma publicação da CONTEE, sob coordenação da Secretaria de Comunicação Social.

conteudo@contee.org.br

Editora e jornalista responsável - **Daniele Moraes** - MTb 50607/SP
Projeto gráfico e diagramação - **Circus**
Direção de Arte - **Vandré Fernandes**
Ilustração - **Daniel Lopes**
Colaboração - **Fernando Borgonovi** e **Ariadne de Moraes Cappelloto**
Tiragem - **3 mil exemplares**
Impressão - **Forma Certa**

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM ESTABELECIMENTOS DE ENSINO
SRTVS – Quadra 701 – Bloco 2 – Sala 436
Ed. Assis Chateaubriand – CEP 70340-906 – Brasília/DF
Telefones: (61) 3226 1278/ 3223 2194
E-mail: contee@contee.org.br - www.contee.org.br

A qualidade do nosso conteúdo

Ao longo de sua história a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino sempre procurou fortalecer as relações e estabelecer um diálogo estreito com suas entidades de base e com as lideranças dos movimentos sociais e sindicais. O alicerce desta conduta é a crença de que o debate e a construção de políticas unitárias são instrumentos primordiais no exercício da democracia. Como forma de reafirmar este compromisso e avançar ainda mais nesta direção, apresentamos aqui a Revista CONTEÚDO.

Este projeto surgiu com o objetivo de ser uma espécie de marco na consolidação das novas diretrizes de comunicação da entidade, que tiveram início com a reformulação de nosso Portal na internet. Em poucos meses, triplicamos o número de acessos à página da CONTEE e alcançamos novo patamar de visibilidade para nossas ações, atividades e bandeiras. Após esse processo, sentimos que era hora de mais um salto de qualidade e assumimos, então, o desafio de materializar, literalmente, nossas idéias, propostas e formulações, já amadurecidas ou em desenvolvimento, no campo educacional e sindical.

A nova publicação semestral da CONTEE nasceu, portanto, para destacar e valorizar os mais importantes temas relacionados à educação, movimentos sociais e sindicais e conjuntura nacional e internacional. Seu nome reflete a convicção que temos na qualidade de nosso “conteúdo”. Por meio dele, queremos inspirar o desejo de ler, conhecer, refletir e lutar.

Nesta edição de lançamento, aprofundamos as discussões e trouxemos novas informações sobre a luta contra a mercantilização e a desnacionalização da educação brasileira – bandeiras da Campanha “Educação Não é Mercadoria”. Além disso, nas seções Curtas da CONTEE e Curtas das Filiadas, você encontrará detalhes das principais atividades realizadas no período. As entrevistas com o Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação, Ronaldo Mota, e com o Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea, Marcio Pochmann, estão imperdíveis. Entre outros destaques, a CONTEÚDO traz ainda um relato comovente sobre a realidade dos trabalhadores em educação dos países africanos de língua portuguesa, que enfrentam a devastadora epidemia da AIDS.

Boa leitura!

Madalena Guasco Peixoto
Coordenadora geral da CONTEE

Sharon Eve Smith



Em defesa da soberania nacional

Fotos: André Oliveira



*Helena de
Freitas
Capes/MEC*



*José Thadeu
de Almeida
CONTEE*



*Lúcia
Stumpf
UNE*

A CONTEÚDO reuniu a professora Helena de Freitas, Coordenadora geral de Programas de Apoio à Formação e Capacitação Docente da Educação Básica (CGDOC) da Capes/MEC; Lúcia Stumpf, presidente da União Nacional dos Estudantes; e José Thadeu de Almeida, Secretário de Assuntos Educacionais da CONTEE, para um bate papo sobre os riscos da entrada do capital internacional especulativo no setor educacional e as estratégias para o enfrentamento da questão. Acompanhe a seguir os melhores momentos do debate.

Por que existe a preocupação com a entrada do capital internacional na educação? Quais os riscos para o desenvolvimento nacional?

Lúcia Stumpf - A maior preocupação é justamente a falta de entendimento por parte do Estado brasileiro de que a educação é uma questão de defesa da soberania nacional. No momento em que não é garantida uma regulamentação sobre a desnacionalização, que está acontecendo de forma acelerada, fica evidente que a educação não é entendida como uma das bases necessárias para a gente construir um Estado soberano, voltado para o desenvolvimento sustentável do País. A desnacionalização só vai agravar esta questão. Uma vez que o ensino superior e os profissionais formados a partir dessa universidade desnacionalizada vão responder a interesses de outras nações, dispostas muitas vezes a manter o Brasil subjugado, produtor de matérias-primas, de mão de obra não qualificada. A educação é neces-

Em 2007, a primeira Instituição de Educação Superior brasileira abriu capital na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa). Antes disso, em 2005, o grupo americano Laureate International Universities já havia comprado 51% do capital da Universidade Anhembi Morumbi (SP). De lá para cá, testemunhamos o avanço da desnacionalização da educação brasileira.

sária para a condição da soberania e a falta de preocupação com a desnacionalização é nossa grande preocupação.

Helena de Freitas – A defesa de um País soberano passa por ter universidades fortes, bem equipadas, com quadros formados e multiplicidade dos campos de conhecimento e da pesquisa. Por isso, o movimento dos educadores defende historicamente a formação de professores na universidade e não em faculdades, centros universitários ou institutos superiores de educação. Para se formar um profissional da educação com qualidade elevada, que seja efetivamente um intelectual, produza conhecimento e possa formar bem as novas gerações, você precisa formá-lo em instituições que tenham o vínculo com a pesquisa, além

do ensino. E esse lugar é a universidade. Quando você tem um processo de desapropriação, como é a desnacionalização, na qual o conhecimento, que poderia ser produzido para o desenvolvimento do País, é desapropriado por outra nação para que sirva aos seus interesses, a formação de professores também vai estar subordinada a essa lógica.

Hoje a luta pela regulamentação do setor privado, contra a desnacionalização e também contra a mercantilização da educação, é de todo o País. Ela não se circunscreve a quem está na universidade privada. Por isso, eu gosto muito da luta da CONTEE também pela ampliação da oferta do ensino superior público, pois estas lutas estão vinculadas, e assim vamos diminuindo a chance de que essas propostas ganhem projeção.

José Thadeu de Almeida – Além da questão da soberania nacional e do comprometimento com o desenvolvimento, não é compatível a relação entre ensino, pesquisa e extensão, investimento em formação profissional, plano de carreira, número adequado de alunos por turma com o lucro. São coisas absolutamente incompatíveis. E é evidente que nenhum investidor trabalha sem ter rentabilidade. O investidor não é filantrópico. Eventualmente podem até oferecer alguns cursos de excelência para ter uma vitrine. Mas se olharmos o restante da universidade e as avaliações do MEC, quanto às questões do cumprimento da ordem trabalhista, por exemplo, são um desastre.

Estamos criando no Brasil algumas coisas meio monstruosas. Temos um sistema privado que não é regulamentado e um processo de avaliação e fiscali-



zação que não anda. Porque se andar vai expor uma realidade cruel, vai fazer com que o Ministério da Educação tenha que tomar uma atitude, começar a estabelecer alguns termos de ajustes de curto e médio prazo. A política absolutamente mercantil do presidente Fernando Henrique Cardoso gerou esse cenário terrível do ponto de vista da expansão. Mas hoje nós temos outro cenário, mais complexo, que é a ausência de intersecção das diferentes políticas educacionais.

Lúcia – Essa é a grande dualidade desse governo. Ao mesmo tempo em que na política educacional tem dado grandes passos na valorização da universidade e do ensino público, deixando explícita a diferença de projeto em relação ao governo anterior, não modificou nada no que diz respeito ao setor privado. Nos anos 90, vimos o Paulo Renato Souza, enquanto ministro da Educação, permitir a grande expansão da rede privada. Agora, nos anos 2000, vemos o Fernando Haddad (atual ministro) permitir a desnacionalização, um novo passo da mercantilização aqui no Brasil.

Qual o impacto desta realidade nas futuras gerações?

Lúcia – Um dos aspectos é justamente o fato de que a grande maioria das instituições privadas não é universidade, é faculdade. Isso faz com que se forme um profissional, mas não necessariamente um

cidadão. Pois é a vivência universitária que permite a formação de um cidadão crítico que, além do conhecimento formal adquirido, também aprende sobre relacionamentos ou participação social. Isso você só consegue construir dentro de universidades democráticas, públicas ou privadas, para não generalizar. Já nas faculdades isoladas de hoje não há nenhuma preocupação nesse sentido. É isso que vai se perdendo com a mercantilização da educação.

Helena – Essa questão tem a ver também com o próprio desenvolvimento do capitalismo. Se pensarmos em perspectiva, na luta ideológica desse processo internacional, concluímos que não há interesse do capital pelo desenvolvimento das diferentes nações. Por isso, o desafio desse governo é ter um projeto de desenvolvimento nacional. Se isso não existir, não existirá também projeto edu-

“Educação é uma questão de defesa da soberania nacional”

Lúcia Stumpf



cativo emancipador. O governo lula também lida com essas contradições. É claro que não se corrige esse processo secular em oito anos, mas é preciso começar.

Thadeu – Precisamos também questionar se o nosso jovem, após esses anos todos de neoliberalismo, tem consciência de que educação é um direito, um dever de Estado. A sociedade atual tem consciência para cobrar isso? Não tem. Esse processo de profunda alienação sobre qual é o papel da educação no projeto de desenvolvimento nacional estabele-

ce uma falácia de que basta ter um curso superior para estar bem instalado na vida. Entretanto, uma pesquisa recente aponta que apenas 33% dos advogados atuam na área e 25% estão desempregados.

Pelo campo da educação, nós estamos muito marcados pelas políticas neoliberais, que foram projetadas na subjetividade das pessoas. Não temos ainda dimensão completa do que isso significou para a juventude da década de 90, que vivenciou intensamente a indução dessas formas de pensamento individualistas dentro da escola.

O processo de mercantilização da educação se intensificou após a abertura de capital das instituições de ensino na Bolsa de Valores. Como é possível reverter esse processo?

Thadeu – Temos que nos profissionalizar para combater essas políticas. Sair um pouco do velho sindicalismo que só denuncia e que quando propõe, por vezes, não tem uma base concreta de aplicabilidade. Não adianta dizer apenas: vamos impedir o capital internacional. É preciso dizer como fazer isso. Quais são as leis que precisam ser revistas? Estudar e apresentar uma proposta. Além de dar a sustentabilidade teórica, ideológica, e casar tudo isso com a mobilização.

A Campanha “Educação Não é Mercadoria” da CONTEE esteve em inúmeras Assembléias Legislativas do Brasil inteiro e muita gente nos apóia.

*“A nossa
responsabilidade é sair
da denúncia e
partir para
a ação”*

*José Thadeu
de Almeida*

Agora é preciso reunir todos esses parceiros para juntos cobrarmos, efetivamente, uma posição do governo e dos parlamentares. Denunciar quem se recusa a apoiar a iniciativa, dizer quem tem e quem não tem compromisso com o País e qual o significado disso, para além dos movimentos sociais.

Helena – E exigir o aumento das vagas nas instituições públicas. É preciso um bom plano de expansão que coloque metas quantitativas e qualitativas muito claras. Apesar de termos aprovado o piso salarial nacional para o profissional do magistério, as condições do trabalho docente não contribuem para que a juventude decida pela carreira, ingresse nas licenciaturas e permaneça na profissão. Ainda há vitórias e conquistas a serem alcançadas e garantidas nesse campo.

Lúcia – Junto disso, é necessária uma reflexão importante sobre como

*“Não há interesse
do capital pelo
desenvolvimento
das diferentes
Nações”*

*Helena de
Freitas*



resgatar na juventude o conceito do papel do Estado como indutor e fornecedor da educação, com capacidade de direcionar o desenvolvimento do País. O jovem que está na sala de aula precisa se indignar com o fato de sua universidade colocar ações na bolsa de valores. Hoje isso não acontece e às vezes acham positiva a desnacionalização, por causa da perspectiva profissional de poder atuar em qualquer parte do mundo. É necessário formar uma nova geração crítica e com capacidade de argumentar e conseguir se colocar de forma qualificada contra esse processo.

O MEC já manifestou publicamente preocupação com a mercantilização e desnacionalização da educação. Por que até agora não houve nenhuma medida concreta para deter esse processo? Qual deve ser a estratégia para enfrentar o lobby do ensino

privado no Congresso Nacional?

Helena – Você levantou um problema interessante e eu pergunto: como explicar um País que, ao mesmo tempo, registra o alto nível de aceitação do governo Lula e possui um Congresso de caráter conservador? Por isso, acredito que a questão de fundo é a necessidade de um projeto nacional de desenvolvimento. O governo até tem propostas e tem conseguido fazer mudanças importantes, mas há essa contradição. Estamos no meio de uma luta política, de um embate que expressa a contradição presente na sociedade, entre projetos antagônicos de desenvolvimento, educação, emancipação social e soberania nacional.

Lúcia – É evidente a ligação entre a falta de disposição do governo para combater a desnacionalização da educação e o poderio econômico nacional, muitas vezes nas mãos de grandes tubarões do ensino que têm muita influência dentro do Congresso Nacional. Devemos denunciar o *lobby* do ensino privado, como se denuncia o dos latifundiários e madeireiros. É preciso evidenciar o poder econômico e político desse setor.

Além disso, uma reforma política que aponte para o financiamento público de campanha, para o comprometimento dos deputados e senadores com programas de partidos, de governo e não com questões individuais, é também parte dessa resposta. É fundamental moralizar a política e o Congresso, evitando que esses *lobbies* impeçam, por exemplo, o avanço de políticas de regulamentação que combatam a desnacionalização da educação.

Thadeu – Concretamente, temos que expor a situação. Até mesmo para criar mecanismos futuros de denúncia no processo eleitoral. Fazer um projeto, ocupar a Câmara, colher assinaturas. E aqueles que se recusarem a assinar precisarão explicar suas razões à sociedade. A nossa responsabilidade é sair da exposição, da denúncia, do esclarecimento e partir para a ação. Cobrar o comprometimento daqueles que são responsáveis pelas políticas públicas desse País, seja no Legislativo ou Executivo. ●



Professor Marcio Pochmann, presidente do Ipea

O País está diante de uma oportunidade histórica de impulsionar o seu desenvolvimento e a educação precisa cumprir o seu papel neste processo.

Brasil, é hora de crescer

Recentemente, o professor Marcio Pochmann, presidente do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), foi incumbido pelo presidente Lula de elaborar um plano de desenvolvimento de médio prazo para o Brasil. Em entrevista exclusiva à CONTEÚDO, ele fala sobre o papel da educação na formulação deste plano, a importância da reforma tributária como instrumento de distribuição de renda e a verdadeira origem do aumento da inflação brasileira.

Qual o papel da educação na formulação de um plano de desenvolvimento para o Brasil?

Marcio Pochmann – Os princípios orientadores da educação hoje são caudatários dos desafios do século XX, quando estava em perspectiva a construção de uma sociedade urbana industrial. Infelizmente, nós

ingressamos no século XXI sem termos universalizado a educação de qualidade para todos. O Brasil, assim como outros países, está percorrendo uma transição de uma sociedade urbana industrial para uma sociedade pós-industrial. Isso vem significando o aumento da expectativa média de vida. É bastante provável que daqui algumas décadas ela deva ultrapassar 100 anos de idade. Isto implicará em uma educação muito distinta da que temos hoje.



A educação é parte necessária de um horizonte mais amplo de distribuição de renda

A educação passará a ter um papel que irá além das fases precoces da vida, como algo básico para o ingresso ao trabalho. Será necessária para a vida toda. Isso implica em uma mudança substancial, radical. Não apenas no Brasil, mas no mundo.

Esta nova forma de pensar a educação precisará também enfrentar os desafios da inclusão?

Pochmann – No Brasil apenas metade dos jovens com mais de 16 anos tem acesso à educação. Já os jovens que conseguem prolongar a educação são exatamente os pertencentes a famílias ricas. Portanto, há por trás disso um efeito de classe. Os pobres estão condenados a ingressar muito cedo no mercado de trabalho. Com isso, se afastam da educação. Para que os filhos dos pobres possam escolher entre a educação e o trabalho é necessário que haja algum fundo que financie essa atividade. É essencial tratar do financiamento e isso não pode estar exclusivamente com o Ministério da Educação, tem a ver também com o Ministério da Fazenda. Ou seja, há cada vez mais uma exigência da política educacional ter uma articulação, uma integração com outras políticas. Para que dessa forma a gente possa responder de maneira mais efetiva ao desafio de tratar o âmbito totalizante da vulnerabilidade que atinge os cidadãos. Tudo isso pressupõe uma alteração profunda do padrão de políticas públicas que temos hoje.

Muitos estudantes buscam na universidade uma oportunidade de ascensão social. É possível distribuir renda dessa forma?

Pochmann – Sem dúvida a educação é parte necessária de um horizonte mais amplo de distribuição de renda, mas por si só é insuficiente e incapaz. A elevação da escolaridade pressupõe a expansão econômica e a geração de oportunidade de trabalho. Certamente oportunidade que tenha por conteúdo a qualidade associada à maior remuneração. No entanto, se o País ficar prisioneiro da produção de bens muito primários, com baixo valor agregado, baixo valor tecnológico, não há como deixar de gerar empregos de qualidade muito baixa, que não são de classe média. Essa desconexão não vai permitir melhor distribuição de renda, pelo contrário, e pode até provocar o que alguns especialistas chamam de “fuga de cérebros”. É fundamental que o País

tenha um planejamento de longo prazo e que estabeleça normas para o sistema educacional, com medidas a serem perseguidas por todos. Para evitar que nós tenhamos ilhas de modernidade e de qualidade permeadas por áreas de baixa qualidade educacional.

O senhor defende a realização de uma reforma tributária que busque a equidade e promova maior justiça na distribuição de renda. O que o Brasil ganharia com isso?


Pochmann – É fundamental que o Brasil utilize outras ferramentas para conter a desigualdade, porque as políticas de elevação do salário mínimo, de transferência de renda, que tem sido importantes na contenção da desigualdade, têm atingido um limite do ponto de vista de seu potencial igualitário. Internacionalmente observamos que a tributação tem um papel de contribuir com a justiça.

No Brasil o sistema tributário contribui para aprofundar a desigualdade, pois são justamente os pobres que mais tributações pagam. Os ricos, no volume de renda, têm uma participação proporcionalmente muito baixa.

Muitos afirmam que a ameaça da volta da inflação seria consequência do próprio crescimento do País e da redução do desemprego. O que há de verdade nisso?

Pochmann – Eu não acredito que esse tipo de argumentação tenha alguma base real consistente. Essa oscilação no nível de preços não é uma exclusividade brasileira. Outros países, de maneira geral, vêm apresentando um surto de inflação. Por isso, o que pressionou foram os preços definidos externamente e que impactam evidentemente no custo de vida interno. Essa inflação em maior medida veio de fora. É preciso fazer essa diferenciação. O fato gerador da inflação de hoje não é o crescimento da economia, não é a elevação da renda dos trabalhadores.

É verdadeira a sensação de que vivemos hoje uma oportunidade histórica de impulsionar o nosso desenvolvimento?

Pochmann – Eu estou convencido quanto a isso. O Brasil está vivendo certamente uma oportunidade singular. Já tem quase dois anos de expansão dos investimentos, o que é muito importante. Não se via isso nas duas últimas décadas. O País vem se consolidando em termos de venda internacional da produção e tem enormes possibilidades de construir agora um plano nacional de desenvolvimento – a partir do Plano de Aceleração do Crescimento. A nova política de desenvolvimento produtiva está combinando com uma oportunidade realmente singular, que poderia permitir ao Brasil dar um passo seguro e superior nessa década que esta se finalizando e na próxima. 

Elza Flúza/ABr



Ampliar, avançar e construir

A Conferência Nacional de Educação Básica, convocada pelo Ministério da Educação, debateu as diretrizes para a construção de um sistema nacional articulado de educação e indicou a realização de uma conferência geral, em 2010, que reúna todos os níveis de ensino.

A necessidade de construção de uma Conferência Nacional de Educação, que reúna todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, foi uma das principais conclusões da Conferência Nacional de Educação Básica – Coneb, realizada entre 14 e 18 de abril de 2008, em Brasília/DF. Esta foi a primeira vez que o Estado brasileiro convocou a sociedade para debater sobre a elaboração de referências para as políticas públicas educacionais do País.

Reunindo aproximadamente 2 mil pessoas dos mais diversos segmentos ligados à educação, a Coneb discutiu os desafios e perspectivas para a construção de um sistema nacional articulado de educação e constatou que a questão é complexa. Muito além da colaboração essencial entre os entes federados (União, Estados e Municípios) e do cum-



Abertura da Conferência Nacional de Educação Básica

primário das diretrizes educacionais, a formação de um sistema nacional está relacionada a um ponto de partida primordial – e desafiador: a proposição de um projeto de desenvolvimento para o Brasil, que estabeleça objetivos, prioridades e trace um caminho para a consolidação de uma Nação verdadeiramente democrática, soberana e justa.

Frente a este desafio instigante, os participantes da Conferência aprovaram critérios para fortalecer essa caminhada, estabelecidos no documento final da atividade. Todo o processo foi construído graças à realização de 27 etapas estaduais de discussão, que antecederam o evento nacional e apontaram emendas e novas alternativas ao documento de referência proposto inicialmente pela Comissão Nacional Organizadora da Coneb.

Desde o início, a CONTEE teve participação intensa, articulando a atuação de representantes de toda a sua base, apoiando a construção dos encontros estaduais e formulando propostas. Em outubro de 2007, a entidade realizou um Seminário nacional preparatório para as etapas estaduais, que reuniu diversos representantes de entidades filiadas para discutir e orientar a participação nas comissões de organização dos encontros regionais. Além disso, teve atuação destacada na Comissão Nacional Organizadora e nas subcomis-

Os sindicatos da CONTEE têm participado da luta dos trabalhadores como um todo, não apenas da educação privada. Isso ajuda a fazer com que tenham essa visão de participar da discussão com o setor público. O setor privado educacional faz parte do sistema e não pode ficar à margem da discussão da educação brasileira.

*Francisco das Chagas
Secretário executivo adjunto do MEC
e coordenador geral da Coneb*

sões de sistematização e infra-estrutura da atividade – na qual se fez representar pelo Secretário de Assuntos Educacionais da entidade, José Thadeu de Almeida.

Segundo o dirigente, a intervenção da Confederação nas etapas estaduais – a partir da orientação às entidades e do estímulo à participação nas coordenações regionais, bem como a construção de propostas – foi exemplar. “Foi um processo coletivo que redundou em êxito, tendo em vista que todas as nossas emendas foram aprovadas e remetidas à etapa nacional”, destacou.

Diante disso, é possível afirmar que a participação atuante da CONTEE levou a todos os níveis da atividade um novo olhar sobre a discussão da criação de um sistema nacional articu-

lado de educação, explicando a necessidade de por fim à concepção equivocada que segrega os critérios de atuação nos setores público e privado. Graças à colaboração e ao empenho de cada um dos delegados, dirigentes e demais companheiros, a Conferência Nacional de Educação Básica adotou uma visão unificada que condiciona a escola pública e privada às mesmas diretrizes educacionais. A garantia de inclusão, qualidade de ensino e valorização profissional dos trabalhadores em educação, agora, serão compromissos de todos.

Plenária final vitoriosa para as lutas dos trabalhadores do setor privado.

Todas as questões defendidas como prioritárias pela CONTEE foram aprovadas na plenária final da Conferência. Além disso, foi aprovada a realização, em 2010, de uma conferência nacional de educação, que aprofundará as discussões, englobando não apenas a educação básica, mas todos os níveis, etapas e

modalidades da educação.

“Nossa participação constituiu-se num novo marco na história da CONTEE e de nossas entidades de base. Mas a luta não se encerra aqui. Em 2009 será iniciado o processo de construção da Conferência geral de educação. Portanto, uma nova batalha se avizinha. Temos a convicção de que, estando mais bem preparados, obteremos resultados significativos e saberemos corrigir equívocos e aperfeiçoar processos.”, concluiu José Thadeu.

Os desafios da Educação Básica

- Diretrizes educacionais unificadas para os setores público e privado;
- Defesa da gestão democrática;
- Redução gradual do repasse de verbas do Fundeb para as creches conveniadas e universalização de vagas públicas;
- Restrições ao Ensino a Distância na formação inicial de docentes;
- Criação de planos de carreira para todos os profissionais de educação;
- Limitação do número de estudantes por turma;
- Estímulo à formação continuada dos docentes;
- Constituição de um Fórum Nacional de Educação;

Daniele Moraes



Reunião preparatória dos delegados das entidades da base da CONTEE para a plenária final da Coneb

Participação ativa na etapa nacional da Conferência

A CONTEE teve uma atuação impecável nas atividades da Conferência Nacional de Educação Básica, em Brasília/DF. Aproximadamente 80 delegados das entidades filiadas estiveram na capital federal, representando os professores e técnicos e administrativos que trabalham em instituições privadas de ensino. A principal vitória da entidade por lá foi a ratificação da inclusão do setor privado na concepção de um sistema nacional articulado de educação, tema central da atividade.

Os diretores da Confederação também participaram como palestrantes nos Colóquios realizados durante a Conferência. A Coordenadora geral da entidade, Madalena Guasco Peixoto, participou do debate: “O setor privado de educação na construção do sistema nacional”, juntamente com José Geraldo de Santana Oliveira, Coordenador do departamento jurídico do Sinpro/GO. A diretora

da Secretaria de Assuntos Educacionais, Celina Arêas, foi uma das palestrantes que discutiu: “Função social da escola”, que contou também com a participação da deputada federal Teresa Leitão (PT-PE) e da professora Teresinha Rios. Já o Colóquio “Educação infantil em novas perspectivas” contou com a contribuição do Secretário de Assuntos Educacionais da Confederação, José Thadeu de Almeida. Além da professora Ângela Barreto e do especialista em educação Vital Didonet. O Secretário de Finanças da CONTEE, José Roberto Torres Machado, compôs a mesa de debate: “Funcionários da escola: formação e identidade profissional”, com a senadora Fátima Cleide (PT-RO) e o sociólogo João Antonio Cabral de Monlevade, ex-diretor da Confederação dos Trabalhadores em Educação – CNTE.

Especialmente para a Coneb, a Secretaria de Comunicação Social da CONTEE, sob a responsabilidade da professora Maria Clotilde Lemos Petta, elaborou a revista “Educação Não é Mercadoria” – com informações detalhadas das propostas e atividades desenvolvidas na Campanha. Além de distribuir, durante a plenária final, um boletim sobre a participação da entidade nos quatro dias da Conferência.

Além da participação direta e representativa da entidade, a CONTEE também montou um estande na Conferência para divulgação da Campanha “Educação Não é Mercadoria”. Lá os participantes da Coneb tiveram acesso aos materiais impressos, cartazes, folhetos e camisetas da Campanha e puderam também assistir aos vídeos institucionais criados pela Confederação, que alertam para os riscos da mercantilização e desnacionalização da educação brasileira. Segundo Cristina Castro, Secretária Geral da entidade e responsável pela organização do estande, o local foi muito visitado e se transformou em

**Sucesso
do estande
“Educação
Não é
Mercadoria”**

um ponto de encontro e articulação democrático que serviu de referência para as delegações de todo o Brasil.

Educação Infantil – pelo fim do conveniamento!


A realidade da educação infantil no Brasil tem sido debatida em diversas instâncias. Tamanho interesse pelo setor não acontece senão pelas inúmeras dificuldades, desafios e desajustes identificados em creches e escolas de todo o País. Os trabalhadores enfrentam dificuldades de formação e, especialmente, são alijados a péssimas condições de trabalho e remuneração, sem perspectiva de melhora – como destacaram educadores e especialistas presentes na Coneb.

Em busca de contribuir com a questão, a CON-TEE integra o Comitê Nacional de Acompanhamento das Políticas de Educação Básica (Conpeb), ligado ao Ministério da Educação, que tem, entre outras questões, a missão de debater e apontar soluções para a educação infantil. A responsabilidade pela oferta de vagas neste nível de ensino no Brasil é designada ao poder municipal, por meio do repasse de verbas do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica). Na concepção da Confederação, um dos principais problemas é a adoção de políticas de conveniamento entre as prefeituras e instituições de ensino comunitárias – em sua maioria – que estabelecem verdadeiras parcerias público-privadas, no exercício de garantir a oferta de vagas na educação infantil para a sociedade.

Entretanto, o que preocupa, acima de tudo, é que tal medida não consegue garantir sequer um padrão mínimo de qualidade de atendimento, não estabelece

método de fiscalização e avaliação ou mesmo orientação pedagógica, e não é capaz de combater a exploração de muitos profissionais que atuam na área.

Diversas escolas conveniadas espalhadas pelo país oferecem salários vexatórios, condições precárias de trabalho e nenhum estímulo à formação continuada ou esboço de plano de carreira aos profissionais que nelas atuam. Assim, muitas crianças brasileiras, apesar de estarem em instituições de educação que recebem financiamento público, estão à margem do Estado, que frequentemente demonstra não ter nem ao menos conhecimento detalhado sobre esta realidade.

É fundamental, portanto, que o Ministério da Educação enfrente a questão e apresente um projeto de Estado que progressivamente retome o controle da educação infantil, acabando com a concepção de parceria público-privada, e estabeleça critérios claros e justos para a atuação no setor. 

Conferência geral em 2010

Prepare-se! A partir do ano que vem, será iniciado o processo de construção de novos encontros municipais e estaduais de educação. E, em 2010, a Conferência Nacional da Educação reunirá e debaterá sobre todos os níveis de ensino no Brasil.



Uma noite histórica

A solenidade de lançamento do livro jurídico da CONTEE: “PROFESSORES: Direitos trabalhistas e previdenciários dos trabalhadores no ensino privado” reuniu, de maneira inédita, sindicalistas e importantes autoridades da área trabalhista do poder judiciário brasileiro, em uma noite especial e emocionante.

Agnaldo Azevedo




Professor Edson de Paula Lima, Secretário de Assuntos Jurídicos da CONTEE, fala na solenidade de lançamento do livro

O Centro Cultural Evandro Lins e Silva, do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, foi o cenário de um acontecimento significativo: o lançamento da primeira publicação jurídica sobre os direitos dos trabalhadores no ensino privado – produzida pela CONTEE, em parceria com o Sinpro/RS, Sinpro Minas e Fitec, e editada LTr. A obra foi coordenada pelo Ministro aposentado do Tribunal Superior do Trabalho (TST), José Luciano de Castilho Pereira, e reúne artigos fundamentados e de grande valor técnico, assinados por respeitados advogados e juristas.

Durante a solenidade, o momento mais emocionante ficou por conta da presença de Cristiano Lins e Silva, filho do Ministro Evandro Lins e Silva, homenageado na publicação. Ele revelou que, além da notável figura pública – conhecida por muitos e reverenciada por todos –, Evandro Lins e Silva foi também um ótimo pai, até seu último dia de vida.

A cerimônia, realizada em 7 de agosto de 2008, em meio as atividades do VI Seminário Jurídico da Con-

federação, em Brasília/DF, foi prestigiada pelos Ministros do TST: José Luciano de Castilho Pereira, Carlos Alberto Reis de Paula, Lélvio Bentes, Dora Maria da Costa, Maria de Assis Calsing. Além do Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Hamilton Carvalhido, do Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, Dr. Sebastião Geraldo de Oliveira, e da juíza aposentada do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, Dra. Magda Barros Biavaschi. 

Sinpro Minas comemora as novidades de 2008

Ao completar 75 anos de existência, o Sindicato dos Professores de Minas Gerais tem muito que comemorar. Entre as principais realizações está o programa de TV Extra-Classe, exibido aos domingos pela manhã (8h40) na Rede Bandeirantes, que discute temas relacionados à educação com os professores e a sociedade. A Campanha “Educação Não é Mercadoria” foi o tema do

programa de estréia.

Outra novidade foi a inauguração do Centro de Referência dos Professores da Rede Privada, um novo espaço de atividades de formação e cultura em Belo Horizonte para a categoria. Uma das atrações do Sinpro Cerp é o Cineclube Joaquim Pedro de Andrade, que exhibe filmes, seguido de debates, toda semana. A Revista Extra-Classe, com artigos sobre Educação a Distância, e a Elas por Elas, sobre temáticas femininas, são duas publicações que também marcam este ano de comemorações. Para avaliar as conquistas e debater as perspectivas e desafios da luta por uma



Inauguração do Cerp Minas

educação de qualidade, professores de todo o Estado participaram, em maio, do 10º Consinpro, cujo tema foi “Educação, Política e Trabalho”.

Sinpro/Sorocaba e SAAE OESTE filiam-se à CONTEE

Com aproximadamente 3 mil profissionais em sua base, o Sindicato dos Professores de Sorocaba representa os trabalhadores da educação básica, superior e Sesi/Senai de 52 municípios do interior de São Paulo. A mais recente entidade a filiar-se à CONTEE já aderiu à Campanha “Educação Não é Mercadoria”, como forma de enfrentar a deterioração da qualidade de ensino e lutar contra as instituições locais que tratam a educação de maneira mercantilista, pagam mal os docentes e desrespeitam os direitos conquistados.

Ainda em 2007, o Sindicato dos Auxiliares da Administração Escolar do Oeste de Santa Catarina (SAAE OESTE) também passou a integrar a base da CONTEE. A entidade, que tem sede em Chapecó/SC, foi fundada em 1994 e sua rede de abrangência compreende 77 municípios catarinenses.

Sinpro/NF realizou o I Fórum de Educação Infantil

Cerca de 300 professores, pedagogos e diretores de escolas da rede particular e pública de ensino de Nova Friburgo (RJ) e de outros 11 municípios da região participaram do I Fórum de Educação Infantil, realizado em junho pelo Sinpro/Nova Friburgo. A atividade, construída em parceria com o Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro (Sepe) e o Sesc local, foi patrocinada pela Petrobrás.

Na programação, debates, mesas-redondas e oficinas de reciclagem, que reuniram convidados e palestrantes com as mais diversas opiniões. Entre os temas debatidos, a educação infantil no contexto nacional, a prática pedagógica e a avaliação do aprendizado e desenvolvimento da criança.

Sinpro/RS festeja 70 anos de luta

A data exata foi comemorada em 21 de maio de 2008, mas o aniversário de 70 anos do Sindicato dos Professores do Ensino Privado do Rio Grande do Sul (Sinpro/RS) é motivo de festa para o ano inteiro. A entidade preparou uma exposição itinerante de fotografias que resgatam a história de lutas da categoria, shows e concertos da Orquestra Sinfônica de Porto Alegre. Além disso, solenidades nas Câmaras Municipais de 16 cidades do interior do Estado e na Assembleia Legislativa homenagearam o trabalho do Sindicato na construção de melhores condições de vida e cidadania aos mais de 28 mil professores das instituições privadas locais.

O Sinpro/RS publicou uma edição especial comemorativa do Jornal “Extra-Classe” que conta toda a sua trajetória. A versão online da publicação pode ser lida no site: www.sinprors.org.br/70anos.

René Cabrales



Abertura da exposição Sinpro/RS 70 anos de história



Direção do Sinpro Rio em audiência com representante do MEC no Rio de Janeiro

Sinpro Rio denuncia ao MEC irregularidades da Estácio de Sá

No último mês de junho, o Sinpro Rio entregou ao Ministério da Educação um dossiê sobre irregularidades cometidas pela Universidade Estácio de Sá. Entre elas, o sindicato denunciou a redução, em cerca de um terço, dos salários de professores ao igualar as cargas horárias dos turnos noturno e diurno. A medida permite à universidade pagar um valor menor por cada hora/aula, o que não constava na Convenção Coletiva.

O documento também menciona o uso de tutores em aulas da Educação a Distância; falta de investimento em pesquisa e extensão; superlotação das salas de aula; a ausência de participação do corpo docente e discente na gestão da universidade; e a inexistência de Conselho Universitário. A Estácio de Sá é uma das quatro instituições de ensino que abriram capital na Bolsa de Valores de São Paulo.

Fepesp retoma discussão sobre plano de carreira e relações de trabalho

No segundo semestre de 2008, a Federação dos Professores do Estado de São Paulo (Fepesp) volta a discutir com o sindicato patronal de ensino superior do Estado (Semesp) as relações de trabalho nos cursos semipresenciais e modulares e planos de carreira nas instituições de educação superior. O objetivo é apresentar propostas para serem incorporadas à Convenção Coletiva, a partir de março de 2009. A retomada das negociações exclusivamente sobre esses dois pontos é uma exigência já prevista na Convenção assinada em maio de 2008 e que vigorará até fevereiro de 2010.

SAAEMG/MG cada dia mais perto do trabalhador

A luta do Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar do Estado de Minas Gerais (SAAEMG/MG) tem se mostrado vitoriosa na busca pela integração, defesa e valorização da categoria. Ao completar 27 anos de existência, exatamente no dia 8 de abril, quando é comemorado também o dia do Auxiliar de Administração Escolar, a entidade celebrou os excelentes resultados do recente processo de interiorização de seus escritórios regionais.

Além da sede em Belo Horizonte, conta agora com diretorias em Barbacena, Governador Valadares, Montes Claros, Poços de Caldas, Uberaba e Uberlândia. Em junho, foi inaugurado o escritório de Ipatinga e, em agosto, o de Varginha. A proximidade com o trabalhador traz a constatação sobre o avanço da participação da categoria na vida da entidade, que conta atualmente com mais de 11 mil associados ativos.

Fitee e UFJF realizam curso de Formação Sindical

A fim de contribuir para uma melhor capacitação dos trabalhadores que atuam no movimento sindical, a Federação Interestadual dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (Fitee) realizou o primeiro curso de Formação Sindical, em convênio com a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Voltadas a diretores, assessores e lideranças sindicais, as aulas ocorreram em junho de 2008 e foram ministradas por Augusto César Petta (Coordenador geral do Centro de Estudos Sindicais) e Altamiro Borges (jornalista e editor da revista “Debate Sindical”). Eles falaram, especialmente, sobre a importância da busca constante por reciclagem de informações, como forma de conhecer melhor a realidade. Graças ao sucesso da atividade, a Federação já articula a reedição do curso.



A Secretária Geral da CONTEE e vice-presidente da Fitee, Cristina Castro; o Secretário Geral da UFJF, Basileu Tavares; o vice-reitor da UFJF, José Luiz Resende Pereira; e o Pró-reitor de extensão e cultura, Romário Geraldo



Sinpro/SP amplia denúncias contra o ensino superior privado

O Sindicato dos Professores de São Paulo apertou o cerco contra instituições de ensino superior particulares que burlam a legislação trabalhista e desrespeitam os professores. A diretoria do Sinpro/SP também vem acionando as instâncias legais – como o Ministério Público do Trabalho e as Delegacias Regionais do Trabalho da cidade – para que os direitos dos docentes sejam preservados.

Sua página na internet (www.sinprosp.org.br) traz uma série de denúncias sobre o tamanho do estrago que alguns empresários têm causado na educação brasileira. Lá também é possível encontrar a programação completa da Escola do Professor, com mais de 20 cursos que serão oferecidos pela entidade entre de setembro de 2008 e fevereiro de 2009 sobre diversos temas e disciplinas. Confira.

Sinpro/Campinas agora é “Ponto de Cultura”

Cultura é conhecimento e, portanto, fator indispensável para a boa formação de qualquer cidadão. Imagine, então, a sua importância na vida dos professores! Foi pensando nisso, que o Sindicato dos Professores de Campinas e Região tornou-se a primeira entidade sindical a atuar como “Ponto de Cultura”. A iniciativa faz parte de um

projeto do Ministério da Cultura que tem como objetivo incentivar a produção cultural em pólos espalhados pelo Brasil. Cada Ponto recebe um aporte financeiro e um “kit multimídia” que, além de promover a inclusão digital, possibilita a troca de informações e experiências entre os participantes do projeto.

Desde o seu lançamento, em setembro de 2007, o “Ponto de Cultura” do Sinpro/Campinas busca democratizar o acesso dos educadores e da comunidade local às mais diferentes manifestações artísticas, por meio de oficinas, apresentações teatrais, shows e cursos diversos.

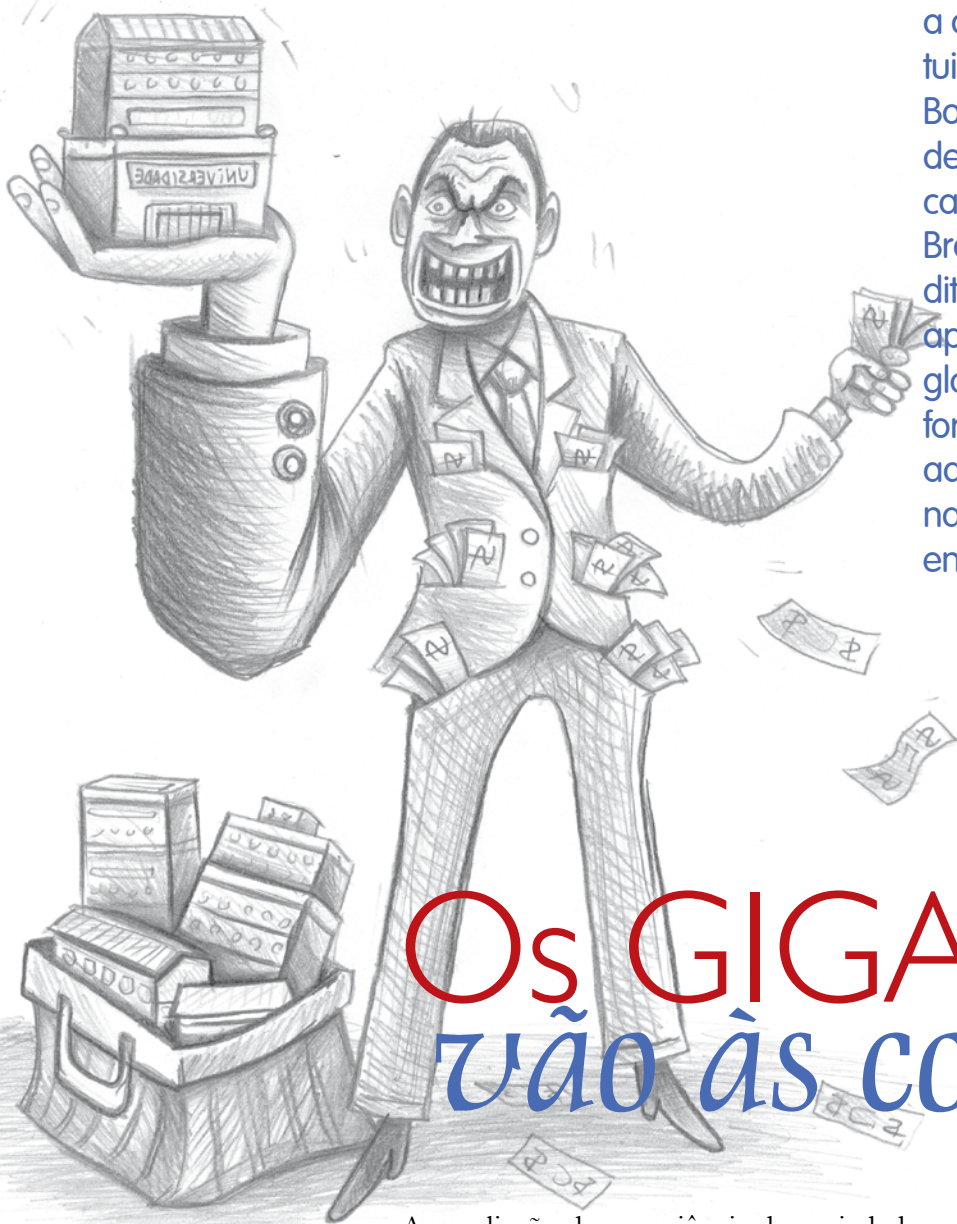


Oficinas do Ponto de Cultura

Educação infantil em pauta no Sinpro/ES

Em abril de 2008, o Sindicato dos Professores do Espírito Santo realizou um Seminário de Educação Infantil que reuniu mais de 400 professores do Estado, no Centro de Convenções Vila Velha, em Vitória. Durante o encontro foram apresentadas novas técnicas de ensino para o dia-a-dia escolar com o objetivo de aprimorar e qualificar ainda mais o profissional da área. Entre os principais enfoques da atividade destacaram-se: os desafios gerais da educação, a importância do trabalho com a leitura e a escrita, o desenvolvimento da afetividade na produção do conhecimento e até mesmo os impactos da globalização em relação aos valores familiares e suas consequências na socialização das crianças. Além dos debates, o evento contou com apresentações teatrais e a participação de um contador de histórias, que demonstrou diversas maneiras de utilizar a arte na educação infantil.

Pouco mais de um ano após a abertura de capital de Instituições de Ensino Superior na Bolsa de Valores, em maio de 2007, o processo de mercantilização da educação no Brasil atinge patamares inéditos e preocupantes. Com apetite voraz, grandes conglomerados educacionais se fortalecem, engolindo – via aquisições e fusões – pequenas e médias instituições de ensino espalhadas pelo País.



Os GIGANTES vão às compras

A ampliação da consciência da sociedade em relação às significativas ameaças que a concepção mercantilista da educação oferece ao desenvolvimento do Brasil é extremamente positiva. Além da luta combativa dos movimentos sociais e educacionais, o que também contribui para uma maior percepção popular desta realidade é a ausência de escrúpulos de parte dos empresários do setor privado de ensino ao expor uma visão estritamente comercial em relação aos objetivos primordiais das instituições que comandam. Comemoram agressivas estratégias de aumento da lucratividade e não se preocupam mais em disfarçar a falta de compro-

misso com a qualidade e o perfil de formação de seus estudantes.

A fim de atrair novos especuladores nacionais e internacionais, alguns donos de instituições – especialmente os representantes das quatro mantenedoras que operam ações no mercado financeiro

– vêm a público, com frequência, divulgar metas de crescimento e planos de expansão, que deixam claro o principal objetivo de suas “empresas”: multiplicar os rendimentos de seus investidores.

Nem sempre são de todo mal. Às vezes se lembram de dizer que a qualidade de ensino também é importante. Afinal, a “marca” da instituição tende a se valorizar com isso. Não é preciso excelência, é claro. Muito menos investimentos em pesquisas e produção científica. Não é esse o foco. Sem afetar a relação custo X benefício, um desempenho razoável já garante algum destaque – frente à baixa qualidade dominante. Formação humanista, ampliação de consciência, construção de conhecimento? Compromisso com o desenvolvimento do Brasil? Consciência de seu papel estratégico? Defesa e valorização da soberania nacional? Não interessam. Para eles, quem deve se preocupar com isso é o governo – desde que, é claro, não interfira nos “negócios” do setor.

Nova estratégia de expansão. Possibilitada e estimulada no governo FHC, a expansão do ensino superior privado no Brasil aconteceu de maneira descontrolada, sem qualquer critério de qualidade, e baseada unicamente na lógica da transformação de um direito em serviço. De acordo com dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), entre 1996 e 2006, passamos de 711 para 2022 instituições de ensino superior particulares – um crescimento de quase 65%.

A Campanha “Educação Não é Mercadoria” defende a regulamentação do setor privado de ensino e a limitação da entrada de capital estrangeiro na educação brasileira.

Nos últimos anos, o Ministério da Educação tem sido mais cauteloso em relação ao credenciamento de novos cursos de graduação. Com isso, as instituições particulares têm procurado alternativas para manter o ritmo de crescimento. Além da expansão orgânica, mais trabalhosa e demorada, encontraram uma nova estratégia: as aquisições e fusões com instituições de menor porte. Afinal, é muito mais prático e econômico comprar uma faculdade já estabelecida, com infra-estrutura montada, uma “carteira de estudantes” matriculados, registro autorizado pelo MEC e em pleno funcionamento, do que começar tudo do zero.

Na mira estão as instituições que não conseguem manter seu padrão competitivo, frente à disputa acirrada. Ao sucumbirem, são compradas pelos grandes grupos. A isso se dá o nome de “concorrência desleal”. A facilidade de aquisição dessas pequenas e médias instituições, especialmente pelo interior do País, vem consolidando os gigantes conglomerados educacionais. Verdadei-



ros impérios que acumulam milhares e milhares de estudantes sob a lógica do menor custo X benefício. Gastar cada vez menos e crescer cada vez mais. O caminho para isso é seguido à risca diante da exploração dos trabalhadores em educação, por meio da precarização das condições de trabalho, da baixa qualidade de ensino, da superlotação das salas de aula e da repressão a qualquer envolvimento com movimentos sindicais ou estudantis.

Mas não se engane. O processo em curso não é circunstancial. Ele foi bem planejado e construído sob a égide de promover a interiorização da

A desnacionalização da educação – entrada de capital especulativo no setor educacional – compromete o desenvolvimento do País e ameaça a soberania nacional.

educação superior – na era FHC. Assim, inúmeras faculdades de pequeno porte foram credenciadas pelo País, sem qualquer comprovação de qualidade. E agora são elas que, fundamentalmente, dão

suporte à criação e ao fortalecimento dos grandes grupos privados de ensino superior.

A incompatibilidade entre qualidade e lucro. Quando se fala em educação, uma coisa é certa: a relação entre qualidade e lucro alto é incompatível. Isto porque a boa formação pressupõe investimento, indissociável da valorização do corpo docente, por meio da oferta de remuneração adequada, implementação de plano de carreira, incentivo à formação pós-graduada e continuada, contratação em regime de dedicação exclusiva, entre outros. Além da necessidade essencial de infra-estrutura avançada, incentivo e condições para iniciação e produção científica. Ações que certamente não estão nos planos dos gigantes do ensino superior privado. Afinal, o desafio de sucesso das empresas de capital aberto é atrair sempre mais investidores, sob a perspectiva concreta de crescimento e garantia de ampliação da lucratividade consolidada.

“Classificados” do ensino superior.

Atualmente o Brasil testemunha um movimento de aquisições no setor educacional sem precedentes. Entre os principais compradores estão as quatro mantenedoras brasileiras de capital aberto, especuladores estrangeiros e poderosos fundos de investimento – como GP Investments, UBS Pactual e Pátria.

Segundo Ryan Braga, presidente da Hoper Consultoria & Pesquisa, as faculdades menores



tornaram-se presa fácil dos grandes grupos. Ele informa que a média de crescimento de receita das instituições privadas atingiu picos de 45% ao ano e há pelo menos duas dezenas de fundos de investimentos com R\$ 3 bilhões disponíveis para o setor.

Além de consultoria e marketing aplicado, a Hoper também oferece a intermediação dos negócios e divulga anúncios dos interessados em fazer aquisições. Para isso, o boletim eletrônico da empresa, de junho de 2008, por exemplo, informa: “Investidores procuram IES que tenham curso de direito e situem-se em cidades com mais de 500 mil habitantes. O objetivo é a aquisição integral do negócio. Garantimos sigilo e confidencialidade absoluta das informações”. Exatamente como vemos nas páginas de “classificados” dos jornais.

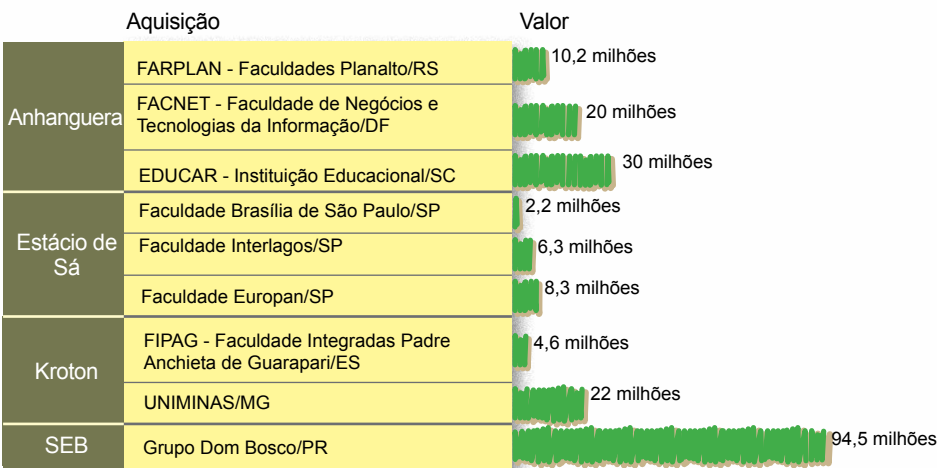
Segundo a previsão do empresário Antonio Carbonari Netto, que comanda a Anhanguera Educacional (primeira IES a abrir capital, em março de 2007) o setor educacional privado deverá se concentrar em cerca de 20 grupos.

“O mercado hoje é vendedor, pois há muita gente saindo do ramo”, afirmou em entrevista publicada no Jornal Gazeta Mercantil (maio/2008).

Carbonari informa que, em um ano, a Anhanguera realizou 15 aquisições e a expectativa é incorporar mais 25 instituições e chegar a 500 mil alunos nos próximos cinco anos. “Seguimos a política de expansão do Wal-Mart, começando pelas cidades pequenas em que você é o único e não cabem dois, quando ficamos fortes começamos a disputar espaço com os concorrentes”, afirma. Questionado sobre como equacionar a relação entre qualidade e preço, ele explica que sua instituição desenvolve currículos voltados ao mercado. “Não temos disciplinas supérfluas, como meto-

Mercantilização em cifras

Veja abaixo as principais aquisições de IES, somente em 2008 (em reais):



dologia científica. Em contrapartida, o aluno é obrigado a discutir desenvolvimento econômico e organismos internacionais, como BID, FMI, Banco Mundial, ONU. Ele estuda economia no contexto da globalização”, destaca.

Seguindo o rastro do lucro fácil, grupos norte-americanos também têm mostrado interesse na educação privada do Brasil. Presente em 18 países, a Laureate International Universities chegou por aqui em 2005 e, desde então, já investiu R\$ 1 bilhão. Atualmente, a empresa detém o controle de 51% da Universidade Anhembí Morumbi (SP) e

já incorporou outras 4 IES à sua rede. A Whitney também atua no País e, em 2006, adquiriu 50% do capital das Faculdades Jorge Amado (BA). Hoje, uma das mais cobiçadas instituições brasileiras é a Universidade Paulista (Unip), que pertence ao Grupo Objetivo do empresário João Carlos Di Gênio. Recentemente, segundo divulgado pela imprensa, a também americana Apollo teria oferecido R\$ 2,5 bilhões por ela.

Diante de cifras tão impressionantes e da tranquilidade com que tratam a educação superior como negócio, é fundamental que a população esteja atenta e informada para poder compreender o que está por trás de discursos aparentemente

bem-intencionados. Como o do presidente do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Ensino Superior no Estado de São Paulo (Semesp), Hermes Figueiredo, que em artigo publicado (julho/2008) na Revista Ensino Superior afirma: “a sociedade brasileira deveria aproveitar o momento para discutir que tipo de ensino superior deseja. O que está em questão é se teremos um sistema atrasado, mal gerido e voltado para as elites ou se seremos capazes de enfrentar os enormes desafios que se impõem para a democratização do acesso ao ensino superior”.

Muito bonito. Entretanto, o tipo de ensino superior que o dirigente da entidade patronal acredita ser a saída para a democratização do acesso é aquele praticado por seus representados, que oferecem cursos de graduação com currículo enxuto, duração mínima e professores contratados em regime de hora/aula. Afinal, tais medidas reduzem o custo e garantem margem suficiente para possibilitar a prática de mensalidades de baixo

Raio X do capital aberto

Veja abaixo alguns dados sobre o crescimento das Instituições de Ensino privadas com capital aberto, a partir da comparação de resultados divulgados entre 2007 e o 1º trimestre de 2008.

Mantenedora	Estácio Participações S.A.	Anhanguera Educacional S.A.	Sistema Educacional Brasileiro	Kroton Educacional S.A.*
Principais Instituições (Mantidas)	Univ. Estácio de Sá	Anhanguera	Grupo COC	Grupo Pitágoras
Modalidade de Ensino	Superior e EAD	Superior e EAD	Básica, Superior e EAD	Básica, Superior e EAD
Tipos de Instituições	Universidade, Centro universitário e Faculdade	Centro Universitário e Faculdade	Faculdade	Faculdade
Localização	12 Estados	24 Estados	17 Estados	5 Estados
Abertura de Capital	Julho/2007	Março/2007	Outubro/2007	Julho/2007
Número de alunos 2007	181 mil	43 mil	187 mil	10 mil
2008	198 mil	139 mil	330 mil	26 mil
Crescimento de alunos	8.90%	200.50%	76%	157.50%
Aquisições	5	10	7	13
Campi** 2007	54	17	16	8
2008	67	42	23	21
Lucro líquido declarado 2007	218 milhões	54 milhões	33 milhões	45 milhões
2008	238 milhões	142 milhões	72 milhões	71 milhões
Capital Social	295 milhões	484 milhões	81 milhões	58 milhões
Valor da ação (unit)	22 reais	26 reais	22 reais	30 reais
Valor de Mercado	1,1 bilhão	3,4 bilhões	888 milhões	943 milhões
ProUni	Sim	Sim	Não	Sim


* Dados somente do Ensino Superior ** Inclui aquisições e crescimento orgânico

valor e, ainda assim, manter a alta lucratividade da instituição.

O que é preciso levar em conta é o tipo de conhecimento transmitido, especialmente ao jovem que, sem condições de concorrer às poucas vagas do setor público, é seduzido pelas ostensivas campanhas publicitárias que vendem a ilusão da formação superior como oportunidade certa de ascensão social. Muitas vezes com sacrifícios, pagam por uma formação desqualificada que na realidade não irá prepará-lo para uma boa inserção no mercado de trabalho. É preciso destacar também que na imensa maioria dessas instituições são oferecidos cursos de licenciatura, o que torna este modelo de ensino ainda mais perverso ao comprometer a formação de professores que atuarão nos demais níveis de ensino.

Entre os que deveriam defender a Nação, vê-se apenas a constatação da força do *lobby* privado dentro do Congresso Nacional. Em reportagem publicada na revista do Semesp

(Junho/2008), o deputado federal Severiano Alves (PDT-BA), novo presidente da infame Frente Parlamentar em Defesa do Ensino Superior, afirma que “o governo tem de entrar com uma parcela de contribuição no setor como se as instituições fossem públicas. Convenir o ensino público usando estrutura particular. Ao invés de criar uma universidade pública, o melhor seria ampliar a oferta de vagas pelo setor privado. Aí aproveitávamos as vagas ociosas nessas faculdades”.

Diante da perversidade de raciocínio, é preciso cobrar do governo uma ação contundente, disposição e articulação política em defesa do desenvolvimento, denunciar o *lobby* privado no parlamento e propor medidas concretas para combater esse modelo de ensino que se alastra rapidamente e pode desnacionalizar a educação brasileira. Mais do que nunca é hora de enfrentar os interesses privados em nome do bem público, coletivo, nacional. 

NA BOCA DO POVO

Inspirada na luta histórica da CONTEE contra a mercantilização da educação, a Campanha “Educação Não é Mercadoria” foi lançada em abril de 2007, durante o 13º Conselho Sindical da entidade, no Rio de Janeiro/RJ. De lá para cá, percorreu os quatro cantos do Brasil. Entre debates, seminários, audiências públicas e até exposições de arte, a frase “Educação Não é Mercadoria” ecoou pelo País e foi repetida por professores, estudantes, autoridades e veículos de comunicação.

Conheça e divulgue os materiais criados especialmente para a Campanha, acessando o Portal da CONTEE: www.contee.org.br

educação não é mercadoria



Eu apóio a Campanha “Educação Não é Mercadoria”

Lançada em 2007 pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino, a Campanha “Educação Não é Mercadoria” tornou-se hoje uma das principais bandeiras unificadas de luta do movimento social brasileiro. Uma conquista importante que acima de tudo fortalece e dissemina a concepção de educação como um direito de todos, um bem público e um dever do Estado. Veja a seguir quem está junto com a CONTEE na luta contra mercantilização e a desnacionalização da educação brasileira.



“A UNE luta junto daqueles que defendem a educação como direito, a serviço do desenvolvimento nacional e, por isso, dizem não à desnacionalização da educação. A campanha “Educação não é Mercadoria” desenvolvida pela CONTEE é uma luta de todos nós. Vamos às ruas!”

Lúcia Stumpf – presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE)

“O apoio da CNTE à Campanha “Educação Não é Mercadoria” é incondicional, especialmente porque ela também se insere na luta em defesa de escola pública. É preciso uma intervenção urgente do governo para que haja limitação do ingresso de recursos externos na constituição do capital das instituições de ensino”.

Roberto Leão – presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE)



“Se nós apostarmos que o conhecimento iguala as pessoas, temos que exigir um ensino de qualidade. E qualidade do saber é incompatível com a mercantilização do ensino. Firmamos a compreensão, cada vez maior, na divulgação para a população de que o saber, o ensino, não é mercadoria. Mais do que oficial e burocrático, a CONTEE pode contar com o apoio engajado da OAB”.

Cezar Britto – Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/Nacional)



“A ANFOPE, articulada às lutas maiores da sociedade em prol da educação e da formação de seus profissionais, defende a educação como direito inalienável do cidadão. Portanto, reafirmamos que educação não é mercadoria e a luta organizada é o nosso desafio maior”.

Ana Rosa Peixoto de Brito – presidente da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE)



“Por entender que é necessária uma intervenção incisiva, através de políticas

públicas que regulamentem o setor e que obriguem as escolas privadas a tratarem a educação como fator de inclusão e desenvolvimento soberano, a CUT Nacional apóia a campanha “Educação Não é Mercadoria” da CONTEE”.

**Artur Henrique
presidente nacional da
Central Única dos
Trabalhadores (CUT)**



“Parabéns à CONTEE pela realização da campanha ‘Educação não é Mercadoria’. É necessário que todos os esforços sejam feitos para garantir que a educação cumpra seu papel como instrumento de cidadania e do desenvolvimento social”.

**Fátima Cleide
Senadora – PT/RO**



“Assim como a terra, a educação é algo que não devemos deixar aprisionar e mercantilizar. Os bens da humanidade devem ser públicos, pois o verdadeiro sentido deve ser gerar a vida e o conhecimento. Deixar a educação e terra virarem mercadorias nos privará do sentido ético desse processo”.

Maria Cristina Vargas – coordenação nacional do Movimento dos Sem Terra (MST)

“Os estudantes secundaristas brasileiros, protagonistas das principais lutas sociais da história de nosso País, estão hoje juntos com a CONTEE na luta contra a mercantilização e a desnacionalização da educação – em defesa do desenvolvimento do Brasil e da soberania nacional”.



Ismael Cardoso – Presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES)



“A Campanha merece incondicional apoio de todos aqueles que defendem o direito constitucional a uma educação de qualidade. Tem o propósito de mostrar que escola não é empresa, aluno não é cliente e nem matéria-prima. Solidarizo-me com esta campanha e saúdo a CONTEE pela iniciativa.”

**Alice Portugal
Deputada Federal – PCdoB/BA**

“Eu ressalto a estratégia correta da CONTEE em divulgar pelo País inteiro uma Campanha que nos revela um grave problema na educação superior: a tentativa de transformar direito em mercadoria, retirando do Brasil a soberania sobre sua proposta educacional. Os dados revelados pela CONTEE são um alerta para agregar forças contra essa investida”.



**Teresa Leitão
Deputada Estadual – PT/PE**

“Não haverá sistema político digno do nome democracia se não houver ensino de qualidade. A educação é o ponto fundamental para a real transformação social, sobretudo, numa sociedade tão desequilibrada como a nossa. Por isso, acredito no sucesso da campanha “Educação não é Mercadoria” da CONTEE.

Aldo Rebelo – Deputado Federal – PCdoB/SP



“A legitimidade desta campanha vai muito além do necessário zelo pela defesa dos trabalhadores. Vai além das lutas sindicais, transpassa categorias. Supera a temporalidade de mandatos. Mais do que em qualquer tempo, a convocação é para hoje: Educação não é mercadoria, escola não é shopping, gente não é insumo”.

**Carlos Abicalil
Deputado Federal – PT/MT**

“Eu apóio a Campanha da CONTEE pois sempre lutei em defesa da educação e sei que nosso País se constrói através da formação e da educação. Hoje nas grandes cidades disputamos a juventude com a violência e a educação é o mais importante instrumento de inclusão social”.

**Manuela d’Ávila
Deputada Federal
PCdoB/Porto Alegre**



“Educação é processo de constituição do ser humano, portanto é direito de todos. Não pode ser acessado apenas por quem pode pagar por ele! Nem seus profissionais, e currículo, podem ser determinados pela lógica do mercado. É por isso que a Campanha da CONTEE é de luta por nosso direito à humanização! Estou nessa!”.



**Sofia Cavendon
Vereadora – PT/Porto Alegre**

“Como autor do PL que proíbe o capital estrangeiro nas instituições educacionais, me sinto parte da Campanha. Precisamos lutar para barrar a entrada do capital estrangeiro na educação – uma forma de colonização cultural e política que terá consequências desastrosas para a soberania do nosso povo”.



Ivan Valente – deputado federal – PSOL/SP

“A FASUBRA sempre apoiou a Campanha por defender o ensino público como fator estratégico para o desenvolvimento e por cobrar a necessária fiscalização do setor privado, resgatando o princípio da educação como um bem público”.

Léia de Souza Oliveira – coordenadora geral da Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras (FASUBRA)





No Brasil e no mundo

A Campanha “Educação Não é Mercadoria” já percorreu os quatro cantos do Brasil divulgando a luta contra mercantilização e desnacionalização da educação. Nas mais diversas atividades, debates, lançamentos e até exposições de arte, a discussão já passou pelo Estado do Mato Grosso, Amapá, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Pará, Bahia, Piauí, Pernambuco e São Paulo, entre outros. Também cruzou fronteiras, chegando aos companheiros da Confederação de Educadores Americanos (CEA) no Uruguai; aos representantes da Internacional da Educação (IE) na Argentina; à Conferência da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – Sindical de Educação, realizada em Portugal; e no Equador, em virtude do encontro sindical “Nuestra América”, no qual a Campanha foi incorporada ao plano de lutas aprovado na atividade. Esteve ainda em eventos na Costa Rica e Chile.

Articulação em espaços democráticos

Fábio R. Pozzebon/ABr



Cerimônia de posse da Conaes

Por entender a educação como um dos principais vértices para o desenvolvimento do País, a Confederação busca ampliar cada vez mais sua participação nos diferentes órgãos consultivos e deliberativos ligados às instâncias democráticas de formulação de políticas públicas para educação.

A coordenadora geral da entidade, Madalena Guasco Peixoto, é membro da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – Conaes, órgão colegiado de coordenação e supervisão do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Sinaes. A comissão é responsável pela elaboração das diretrizes gerais e pela implementação do Sistema em todos os níveis. Trabalha na construção e aperfeiçoamento dos instrumentos avaliativos de cursos e instituições e organiza a formação dos membros das Comissões Próprias de Avaliação e do banco nacional de avaliadores, entre outras questões.

Outra iniciativa importante, que conta com representação da CONTEE, é a atuação na Comissão Nacional de Acompanhamento e Controle Social do Prouni – Conap, na qual a entidade contribui significativamente com todo o seu acúmulo em relação ao ensino superior privado. Já a presença no Comitê Nacional de Acompanhamento das Políticas de Educação Básica – Conpeb – segue em defesa da construção de normas nacionais de regulamentação da educação infantil.

CONTEE na linha de frente em defesa do trabalhador

Em defesa dos trabalhadores do setor privado de ensino de todo o Brasil, a Confederação tem buscado ampliar a interlocução com as instâncias de poder e de formulação de políticas públicas. Entre estas iniciativas, em maio de 2007, membros da diretoria executiva da CONTEE foram recebidos pelo Ministro da Educação, Fernando Haddad, para apresentação oficial da Campanha “Educação Não é Mercadoria”. A questão central debatida foi o aprofundamento da mercantilização e a desnacionalização da educação.

A entidade esteve também, mais de uma vez, com Carlos Lupi, Ministro do Trabalho e Emprego. Em um dos encontros, a CONTEE alertou sobre a necessidade de uma regulamentação que impeça que instituições de ensino promovam mudanças no Plano de Carreira apenas para reduzir salários. Lupi deixou claro que a situação não poderia continuar e manifestou contrariedade à convivência do MTE com tal prática. Os representantes da entidade também se reuniram

com o, então, Ministro da Previdência Social, Luiz Marinho, para falar sobre cortes das bolsas de estudo para professores e seus filhos e demais temas relacionados à aposentadoria do docente.

A maior interlocução com estas instâncias tem caráter muito significativo, por levar diretamente aos ministérios demandas específicas dos trabalhadores em educação e possibilitar maior e mais detalhada compreensão por parte do poder público dos problemas que afligem a categoria.

Renato Alves /MTE



Audiência com Carlos Lupi, Ministro do Trabalho e Emprego

Portal da CONTEE triplica o número de acessos

Após uma reformulação gráfica e editorial, o Portal da CONTEE conquistou novos leitores, ganhou visibilidade e credibilidade. A criação do boletim eletrônico semanal potencializou o interesse pela cobertura das principais atividades da entidade e de temas relacionados à educação e ao movimento social e sindical.

Atualmente, a página se tornou ferramenta indispensável para a comunicação da CONTEE, desempenhando papel fundamental e atingindo uma dimensão muito significativa em relação à abrangência e à diversidade de público. O resultado do aperfeiçoamento do trabalho é comprovado pelos dados de visitação. Em menos de um ano, o número de acessos únicos ao Portal triplicou. Entre os conteúdos mais procurados, notamos também uma mudança qualitativa significativa, com maior atratividade dos textos e informações sobre as atividades institucionais da Confederação. Além de grande procura por assuntos jurídicos e pelas notícias da Campanha “Educação Não é Mercadoria”.



Pernambuco sediou o 1º Encontro da Regional Nordeste

A Ilha de Itamaracá em Pernambuco foi o cenário do 1º Encontro organizado pela Coordenação da Regional Nordeste, sob orientação dos diretores da CONTEE: Cristina Kavalkievicz, Manoel Henrique Filho e Daniel Max. A atividade aconteceu nos dias 9 e 10 de março de 2007 e teve como principal pauta os desafios enfrentados pelas entidades da Região nas Campanhas Salariais. As explicações, debates, opiniões e informações comprovaram a importância da troca e da socialização das experiências entre os sindicatos, como forma de conhecer melhor a realidade a ser enfrentada. Entre as deliberações da atividade: a busca por constante qualificação das lideranças sindicais; o fortalecimento da comunicação entre as entidades; e a incorporação da Campanha “Educação Não é Mercadoria” nas lutas locais.

‘Sistema S’ foi pauta de Encontro nacional realizado em São Paulo

Os representantes dos professores e técnicos e administrativos que atuam no Sistema S puderam expor e debater suas demandas de luta específicas durante o Encontro Nacional do Sistema S, organizado pela CONTEE, em outubro de 2007, na capital paulista. A atividade reuniu entidades filiadas de todo o País e foi elaborada pela Secretaria de Organização e Políticas Sindicais, em parceria com a Secretaria Geral - dirigidas, respectivamente, por Fábio Zambon e Cristina Castro.

Na oportunidade, o Presidente da Fepesp, Celso Napolitano, apresentou um estudo completo sobre o número de matrículas e modalidades de cursos do Sesi e Senai, em nível nacional. Em busca de novas estratégias de atuação, os participantes também trocaram informações e experiências sobre as condições que enfrentam no exercício da representação dos trabalhadores e na interlocução com os patrões.

Unificação das bandeiras e integração nacional

A integração nacional é fundamental para a defesa da soberania do Brasil e, neste sentido, a atuação das entidades sindicais e o respectivo fortalecimento no enfrentamento com o patronato é uma valiosa ferramenta. Essa foi uma das razões que fizeram do Seminário “Educação Não é Mercadoria”, realizado pelo Coordenador Regional Norte da CONTEE, José Carlos Padilha Arêas, em agosto de 2007, uma atividade de extrema relevância. O encontro aconteceu em duas edições: uma em Belém (Pará) e, no dia seguinte, outra em Macapá (Amapá). Com ampla participação de alunos, professores, funcionários do ensino e representantes dos movimentos sociais locais, contribuiu para potencializar as ações de estímulo à organização sindical dos trabalhadores, ainda restrita ao Estado do Pará. O despertar para a necessidade da organização sindical da categoria para enfrentar a precarização do trabalho no setor privado de educação, crescente na Região, foi o principal resultado do Seminário.

II Seminário de Campanha e Negociação Salarial encerrou atividades de 2007

Mais de 30 entidades de todo o Brasil, filiadas à Confederação, marcaram presença no II Seminário de Campanha e Negociação Salarial realizado, em dezembro passado, na cidade de São Paulo/SP. Na atividade, os participantes apresentaram informações sobre o processo de construção de suas campanhas salariais, compartilhando importantes experiências.

O objetivo do Seminário, organizado pela Secretaria de Organização e Políticas Sindicais, dirigida por Fábio Zambon, foi justamente proporcionar uma melhor instrumentalização da luta sindical, estimulando o diálogo entre as entidades. O encontro contou ainda com a apresentação oficial da segunda fase da Campanha “Educação Não é Mercadoria”, com foco na desnacionalização da educação brasileira, e encerrou a agenda de atividades institucionais da CONTEE em 2007.

Porto Alegre recebeu trabalhadores para um vitorioso encontro

Representantes de sindicatos de auxiliares em administração escolar de todo o Brasil participaram, em setembro de 2007, do II Encontro Nacional de Auxiliares, em Porto Alegre/RS. A atividade foi organizada pelos diretores da CONTEE: José Roberto Torres Machado e Olmir Paludo, e contou com a presença do Coordenador Regional Sul da entidade, Amarildo Cenci, e do Coordenador Geral da FEETE/Sul, Cássio Bessa (foto). O Encontro foi amplo e diversificado e tratou de questões relacionadas à conjuntura econômica, saúde do trabalhador, plano de carreira e precarização nas relações de trabalho, entre outras.

O evento também resultou em alguns encaminhamentos de extrema relevância para a categoria, como a indicação da identidade profissional como forma de valorização do trabalhador e a deliberação pela utilização do termo: “técnicos e administrativos da educação privada” para designar o trabalhador que atua no setor de educacional.



Mesa de Abertura do Encontro

Arquivo



Arquivo

Integrantes do Coletivo Jurídico da CONTEE

Coletivo Jurídico contribui para a atuação política

Criado há quase oito anos, o Coletivo Jurídico da CONTEE é fruto da compreensão alargada sobre o papel da assessoria jurídica em uma entidade de nível nacional. As orientações sobre aos mais diversos assuntos relacionados ao direito dos trabalhadores em educação fazem do grupo um colaborador estratégico para a atuação política da entidade.

Grças às importantes colaborações dos advogados e representantes dos sindicatos, sob a coordenação do professor Edson de Paula Lima, Secretário de Assuntos Jurídicos da CONTEE e da Assessora Jurídica da entidade, Dra. Delaíde Arantes, a Confederação tem contribuído no debate sobre pontos de fundamental importância para a categoria. Entre os temas, a polêmica questão das mudanças no Artigo 318 da CLT – que se refere à jornada de trabalho do professor; a estabilidade do dirigente sindical, a “Emenda 45” e a questão da Andes.

13º Conselho Sindical convocou CONATEE Extraordinário

O 13º Conselho Sindical da CONTEE, realizado nos dias 13 e 14 de abril de 2007, no Rio de Janeiro, teve uma importância histórica ao marcar o lançamento da Campanha “Educação Não é Mercadoria”. A atividade contou com a participação de aproximadamente 300 delegados, de todas as regiões do Brasil, estudantes e representantes de entidade educacionais e do movimento social.

Além disso, o 13º Consind também deliberou sobre questões relacionadas à sustentação financeira da Confederação, bem como conjuntura nacional e internacional. Sem contar, é claro, a realização de ricos debates sobre os desafios da classe trabalhadora e a luta por uma educação de qualidade para o povo brasileiro. Entre as principais deliberações: a convocação do Congresso Extraordinário de 2008 para realizar alterações pontuais no Estatuto da entidade.

Regional Sul prepara atividades para o 2º semestre

Após destacada atuação nas comissões de organização das etapas estaduais da Conferência Nacional da Educação Básica e do acompanhamento atento dos processos eleitorais das entidades de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná, a Coordenação Regional Sul da CONTEE, dirigida pelo professor Amarildo Cenci, já prepara novas atividades para o segundo semestre de 2008. Entre elas, a organização atividades com foco na preparação dos sindicatos para a próxima Campanha Salarial (reuniões e unificação das pautas) e temas relacionados à organização sindical e a importância da comunicação e de campanhas de sindicalização, que fortaleçam a representatividade das entidades de base. Além disso, também está planejada a realização de uma Jornada de Educação, em Santa Catarina.



Profissionalização da gestão das entidades é debatida

Em junho de 2008, a CONTEE reuniu secretários de finanças e tesoureiros das entidades filiadas para um valioso encontro, em São Paulo/SP. A atividade, realizada pelo Secretário de Finanças da CONTEE, José Roberto Torres Machado, em parceria com o Secretário de Organização e Políticas Sindicais, Fábio Zambon, foi importante por trazer à tona o debate sobre a necessária profissionalização da administração dos sindicatos e federações. Representantes de mais de 30 entidades, puderam conhecer com detalhes o processo desenvolvido e implementado pelo Sinpro/SP, que resultou no aperfeiçoamento de sua gestão administrativa, multiplicando o número de associados e, conseqüentemente, fortalecendo a luta dos trabalhadores. Outro destaque da atividade foi a bem sucedida apresentação de proposta publicitária para a realização de uma Campanha unificada de Sindicalização que potencialize a atuação dos sindicatos da base da Confederação. As peças aprovadas no Encontro ficam à disposição dos interessados no Portal da CONTEE (www.contee.org.br).

Danielle Moraes



Participantes do Encontro de Secretários de Finanças e Tesoureiros, promovido pela CONTEE

“O papel do MEC é cuidar da qualidade”

Em entrevista exclusiva à CONTEÚDO, o Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação, Ronaldo Mota, afirma que cabe ao poder público garantir a qualidade de ensino no País e demonstra preocupação com a entrada de capital especulativo na educação.



Qual é o papel do ensino superior para o desenvolvimento do País?

Ronaldo Mota – O primeiro grande papel da educação superior é a ampliação das matrículas. É inaceitável o baixíssimo número de pessoas com nível superior no Brasil. O segundo é que não basta crescer, é preciso crescer com qualidade e entender quais são as áreas que precisam ser especialmente incentivadas. As matrículas estão relativamente mal distribuídas, porque o crescimento foi basicamente acertado no estilo do setor privado, que à sua maneira, nem certo nem errado, se molda com demandas e características de mercado. Alguns cursos cresceram desproporcionalmente. Não porque houvesse maior demanda ou uma necessidade social, mas em relação puramente contábil, de custo X benefício. A inclusão social é o terceiro papel fundamental e isso se faz pelo aumento da oferta pública. Um quarto papel é a territorialidade. É preciso que os limites territoriais do Brasil sejam associados à palavra educação. A integração brasileira é algo que é papel da educação e de alguma forma também da educação superior. E o quinto papel importante é o desenvolvimento econômico, social e cultural.

“Ou estabelecemos pontes de compromisso da educação superior com a educação básica ou nenhuma das duas deve melhorar”.



Fotos: Agnaldo Azevedo

Há quem defenda que antes de se investir em educação superior é preciso melhorar a educação básica. Qual a sua posição a esse respeito?

Mota – Esse raciocínio é um desastre. Porque isso não só não resolveu a educação básica como serviu por um período para desfavorecer a educação superior pública. É claro que uma das maneiras de melhorar o ensino superior é melhorar a qualidade dos ingressantes que provém da educação básica. Sem dúvida são coisas conectadas, mas também vale refletir sobre o caminho inverso: qual é a chance de melhorar a educação básica, se o principal motor dessa melhoria é exatamente a formação de professores? E aonde se faz a formação deles se não é exatamente na educação superior? O que nós tivemos nos últimos tempos foi um distanciamento do compromisso da educação superior, principalmente a pública, de formar bem os professores ou de formar em número suficiente. Somente 15%, aproximadamente, dos professores da educação básica pública são formados em instituições públicas. Portanto, ou estabelecemos pontes de compromisso da educação superior com a educação básica ou nenhuma das duas deve melhorar.

Quais são os desafios e estratégias para a expansão da educação superior pública?

Mota – Essa expansão está em curso. Nós vamos criar e implementar nos próximos quatro ou cinco anos 15 novas universidades. E chegar a um total de 57 universidades – tendo partido de 42 – com quase uma centena de novos campus. As matrículas que, em 2003, eram 550 mil no curso de graduação devem atingir um horizonte de mais de 1 milhão, contando só os cursos presenciais. Então, o sistema público federal

As regras de mercado, sem o papel regulador

da educação superior vai mais do que dobrar. Nesse processo de expansão, os modelos acadêmicos estão sendo repensados, reestruturados e reorganizados de uma forma muito produtiva, com enfoque para os cursos mais compatíveis com o mundo contemporâneo.

Ao publicizar vagas no ensino privado, por meio do ProUni e Fies, a responsabilidade do Estado em relação à formação desses estudantes aumenta? Para garantir a qualidade necessária não seria preciso regulamentar o ensino privado?

Mota – A regulamentação é importante, independentemente do ProUni, porque a qualidade deve ser assegurada para quem é bolsista e para quem não é, para quem estuda em instituição pública ou privada. E reconhecemos que há carência de qualidade às vezes em instituições públicas, federais, estaduais, como há no setor privado. Isso ocorre muitas vezes por falta de ações do poder público, por nossa responsabilidade. O Brasil desenvolveu ao longo do tempo bons mecanismos de avaliação, mas não aprendeu a fazer regulação. Não basta avaliar bem, se não tiramos consequências da avaliação. Isso é fazer

regulação. Infelizmente esse é o ‘calcanhar de Aquiles’ que estamos tentando superar. As experiências que temos obtido com os cursos de direito, medicina e pedagogia no nível superior são ensaios muito importantes com impactos imediatos. Não é algo simples. É complexo, difícil. Não podemos prometer que vamos ter sucesso imediatamente, mas tenho certeza de que em médio prazo a regulação no Brasil vai melhorar muito.

A avaliação do ensino superior é composta por um conjunto de instrumentos que formam o Sistema Nacional

“Todos concordam com a avaliação e com a regulação, desde que não sejam atingidos”.



do poder público, não funcionam na área de educação.

de Avaliação da Educação Superior – Sinaes. Por que ele ainda não foi implementado por completo?

Mota – O Sinaes já tem elementos hoje para que a gente possa dar um salto de qualidade. Ainda não o fizemos, mas temos vários elementos que nos permitem ter uma perspectiva de em curto prazo termos avanços muito fortes. Como consequência, teremos muitos problemas. Mas são bons problemas. Porque todos concordam com a avaliação e com a regulação, desde que não sejam atingidos. Quando o Sinaes estiver operante em sua plenitude, que será breve, nós vamos ter que enfrentar desafios que não são pequenos, tanto no setor privado quanto no setor público. Um trabalho que enfrentará obstáculos, resistências, preconceitos, mas que teremos que fazer.

Esses obstáculos e resistências

são os responsáveis pelo Sinaes não ter sido implementado ainda?

Mota – Não, a responsabilidade é do poder público. Nós é que estamos muito lentos. Estou falando isso como uma autocrítica. Mas estamos fazendo de tudo para sairmos da lentidão.

Essa lentidão é uma questão de estrutura?

Ronaldo Mota – De cultura. Apostamos no modelo em que faríamos uma avaliação, divulgaríamos e a população, a partir das informações, se auto-regularia. Ou seja, na base disso está uma confusão entre educação e mercadoria. Quando se trata de um restaurante não é preciso definir políticas regulatórias. Basta informar se é bom, pior ou médio e deixar que a clientela se ajuste. Aí o sistema de mercado funciona bem. Prosperam os bons restaurantes e vão falir os maus. Na educação não funciona assim. Educação não é mercadoria. Se você só informar ao cidadão, o que pode acontecer é o contrário: boas instituições virem a falir e más instituições, em qualidade, virem a prosperar. As regras de mercado, sem o papel regulador do poder público, não funcionam na área de educação.

O senhor acabou de dizer que educação não é mercadoria. Entretanto, enfrentamos um processo de intensificação da visão mercantilista no setor por meio das aquisições e fusões e da abertura de capital das instituições de ensino. Qual é a sua posição em relação a isso?

Ronaldo Mota – Como gestor público tenho que me ater ao que está na Lei. A legislação brasileira, no Artigo 209 da Constituição Federal, deixa claro que o ensino é livre à iniciativa privada.

Agora, é sábio quando diz que é livre, mas submetida às regras, às normas e processos autorizativos e avaliativos do poder público.

O papel do MEC é cuidar da qualidade, não temos o papel de regular mercado. Entretanto, é nosso papel como educador observar que esse fenômeno em curso no Brasil hoje, de fusões e aquisições, entrada de capital via bolsa, entrada de capital nacional ou internacional especulativo, pode trazer consequências negativas para o ensino. Porque o tipo de profissional que precisamos formar é aquele que, além do conjunto de conhecimentos delimitados por áreas, é rápido para enfrentar desafios inovadores e criativo. O que é muito mais complexo e custoso. Portanto, qualquer pretensão de atuar no campo da educação, prometendo retornos financeiros de curto prazo aos investidores, terá como consequência o rebaixamento de qualidade, o aviltamento do



trabalho docente e massificação dos processos do conhecimento.

Vejo pouca compatibilidade em garantir a investidores e especuladores lucros de curto prazo com manter uma qualidade educacional. Isso me preocupa muito. Estamos vivendo uma dinâmica muito acentuada, que poderá trazer consequências. Mas, insisto, o MEC só poderá atuar à medida que identifica falta de qualidade. Como educador, eu vejo que o contexto pode ser preocupante. Como se evita isso? Sendo muito rigoroso com o critério

de qualidade. Esse é o papel do MEC e será cumprido.

O Projeto de Reforma Universitária que propõe limitar a entrada do capital internacional na educação está parado no Congresso. Isso representa um risco real de desnacionalização da educação?

Mota – O Projeto da Reforma foi entregue há mais de dois anos. Tem coisas boas e coisas que estão desatualizadas e outras que mais parecem premonição. Esse é um assunto tremendamente atual e que quando foi elaborado não era. Em dois anos mudou e agora o tema é relevante. O País hoje discute a questão fundiária, porque entende que a terra é um elemento estratégico. Discute

se a aviação comercial deve se preocupar com a reserva para grupos nacionais, porque entende que é estratégica. Agora educação ninguém duvida que seja estratégica. Educação é formadora de valores, de recursos humanos, tem a ver com soberania nacional. Esse capital internacional especulativo tem muito pouco de associação para educação de qualidade. O Brasil tem o maior interesse que venham para cá as melhores universidades do mundo, mas não são delas que nós estamos falando. Elas em geral não são especulativas e boa parte sequer são comerciais. O grave problema hoje não é a vinda de educação internacional para o Brasil, é o capital especulativo que promete um rendimento em curto prazo. Elementos pouco congruentes e coerentes com a educação de qualidade. ●





A complexidade e os desafios de uma luta unificada

Por Maria Clotilde Lemos Petta

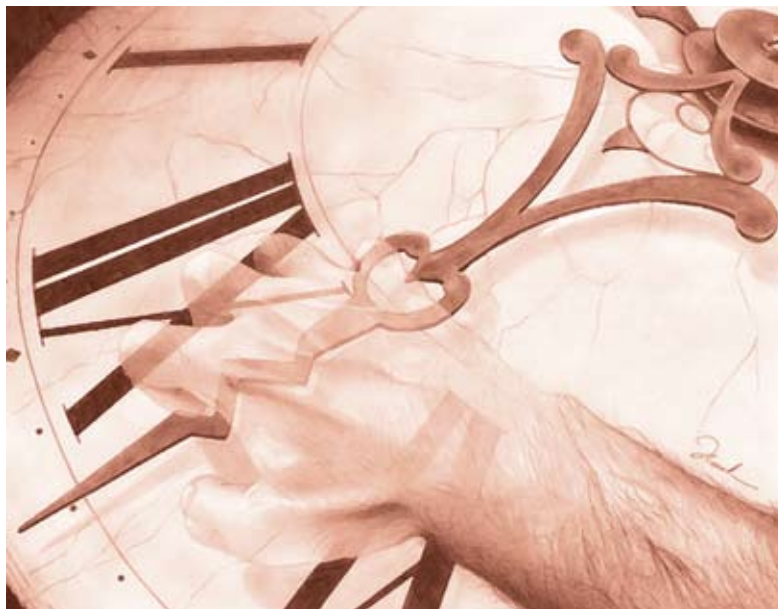
A luta pela redução da jornada de trabalho é atualmente uma pauta unificada do movimento sindical brasileiro, liderada pelas Centrais Sindicais. Ela remonta aos primórdios do sistema capitalista e não perdeu centralidade nos dias de hoje. A gênese dessa bandeira está no enfrentamento do capital em sua sanha pela extração cada vez maior da mais-valia e tem importância política, econômica e na busca por qualidade de vida.

A face política é justamente o enfrentamento direto dos interesses capitalistas por meio da luta do proletariado e suas organizações. A contestação direta do tempo dedicado ao trabalho, especialmente numa época em que as inovações tecnológicas proporcionam crescimento extraordinário da produtividade, expõe as próprias contradições do sistema, elevando a compreensão da classe para a importância de derrotar o capitalismo. Do

ponto de vista econômico, a redução da jornada sem redução dos salários, comprovadamente, seria um mecanismo de geração de aproximadamente dois milhões de postos de trabalho no Brasil, contribuindo para alavancar o crescimento da economia e diminuir os ainda elevados índices de desemprego.

Com menos horas trabalhadas, o tempo livre para atividades culturais,

*O desafio é
saber como
articular o
direito ao
emprego com
a redução
do tempo de
trabalho*



de capacitação profissional, esportivas e de lazer, bem como a maior participação social e em família, possibilitaria melhores condições ao desenvolvimento humano, tanto do ponto de vista individual quanto coletivo. Dando verdadeiro sentido ao trabalho como elemento transformador da natureza – e também do cidadão – e fator fundamental para a vida em sociedade. Afinal, não vivemos para trabalhar, mas trabalhamos para viver. Portanto, o ganho na produtividade pode e deve ser revertido para o bem comum e não para a sobre-exploração do trabalhador.

No que tange ao interesse dos trabalhadores em educação, o desafio é saber como articular o direito ao emprego com a redução do tempo de trabalho. Por isso, é fundamental analisar as condições características do exercício profissional dos docentes, em especial do setor privado, e as alternativas que se apresentam ao enfrentamento desta complexa questão.

Atualmente no Brasil, a categoria dos professores está na contramão da tendência mundial de diminuição da jornada, colocando-se como uma das que têm períodos mais extensos de atividade. A partir da década de 1990, a implementação da política neoliberal provocou uma maior precarização das condições de trabalho e ensino, aliado ao aprofundamento do processo de mercantilização da educação.

Na medida em que os salários são arrochados e cres-

ce a ameaça do desemprego, os professores têm assumido um número crescente de aulas, em diferentes turmas de diversas escolas, atendendo um excessivo contingente de alunos. Pesquisas revelam que esta condição constitui fator importante no rebaixamento da qualidade do ensino, na medida em que os professores não dispõem do tempo necessário para atividades fora das salas de aulas e que são imprescindíveis no processo educativo.

Sendo assim, a luta se estabelece no sentido de permitir uma nova forma de contratação, que possibilite ao professor a diminuição de suas horas de aulas, em complemento com a concentração das atividades profissio-

nais em uma só instituição escolar e garantindo a remuneração adequada para a preparação do trabalho.

Lutar por novas relações de trabalho na escola.


Na década de 1940, os legisladores, já atentos à necessidade de uma jornada especial de trabalho para os professores, instituíram na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) o Artigo 318, que regulamenta e limita a jornada do professor a até seis horas-aulas diárias numa mesma escola. Além disso, em 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação estabeleceu uma exigência para as universidades de que 1/3 de seu corpo docente fosse composto por professores em regime de dedicação integral (40 horas), com pelo menos metade do tempo dedicado a atividades fora da sala de aula.

As medidas foram tomadas no sentido de proteger e valorizar a jornada de trabalho do professor. Entretanto, nos dias de hoje a grande maioria das escolas e universidades não cumprem tais determinações. Diante desta realidade, estão em debate e tramitação no Congresso Nacional projetos que objetivam a retirada do Artigo 318 da

CLT. Entre os professores esta proposta é polêmica, já que nas atuais condições eles têm necessidade de uma jornada maior e os limites impostos pelo referido Artigo podem dificultar a permanência na escola.

Neste sentido, sob alegação de que o Artigo prejudica os trabalhadores, algumas Convenções Coletivas flexibilizam sua aplicação no que se refere ao pagamento de horas extras. Mas o posicionamento da categoria face aos projetos que tramitam no Congresso exige um debate mais aprofundado. Afinal, a questão não pode ser discutida sob a ótica do capital e nem considerando somente os interesses mais imediatos de parte da categoria.

É de interesse dos professores uma regulamentação que estabeleça limite à jornada de trabalho. Portanto, nosso posicionamento não deve legalizar e muito menos legitimar os projetos que estabelecem um número excessivo de aulas e que não exijam a remuneração das horas trabalhadas fora das aulas. A alternativa parece de fato ser a construção de um projeto que estabeleça um Contrato de Trabalho capaz de garantir o pagamento de todas as horas trabalhadas, dentro e fora das aulas, e que possibilite a diminuição da jornada dos professores.

É importante destacar que, além da luta política por uma legislação que regule novos parâmetros de contratação, é necessária a mobilização para inserir esta questão nas Convenções Coletivas de Trabalho e nas diretrizes de uma Política Nacional de Formação e Valorização dos professores. Uma formação profissional baseada na dialética teoria e prática exige condições para que os professores possam vivenciar o trabalho coletivo, interdisciplinar e a gestão democrática nas escolas. A educação, comprometida com um projeto emancipador e transformador das relações sociais, implica em mudanças profundas nas relações de trabalho, incluindo formas de contratação adequadas às exigências colocadas atualmente para o exercício profissional – entre outras condições igualmente importantes, como: piso salarial, carreira docente e estabilidade de emprego. Afinal, ao professor, no exercício de sua atividade profissional, cabe contribuir com a formação de indivíduos plenos, críticos, participativos, conscientes de seus deveres e direitos, aptos para viver e ajudar a construir uma sociedade melhor, mais justa e igualitária. 

Maurício Moraes



Maria Clotilde Lemos Petta
é socióloga e
Secretária de
Comunicação
Social da
CONTEE

Desafios e conquistas da mulher brasileira

Mesmo sendo maioria no País, a população feminina não deixa de enfrentar adversidades na luta pela cidadania, no acesso ao conhecimento, na busca constante por melhor inserção no mercado de trabalho, na disputa por espaço legítimo nas instâncias de decisão e poder e até mesmo na direção das entidades do movimento sindical.



Secretária de Gênero e Etnia da CONTEE, Rita Fraga Zamzon, durante reunião da Rede de Trabalhadoras da Educação da América Latina (Sub-regional ConeSul), realizado pela Internacional da Educação, em dezembro de 2007, no Chile.


Dignidade pessoal, capacidade de atuação no ambiente social e pleno exercício da cidadania são parâmetros essenciais para a emancipação do ser humano. E, portanto, referências de luta para as mulheres brasileiras, que ainda hoje enfrentam as barreiras do pensamento machista intrincado na sociedade contemporânea.

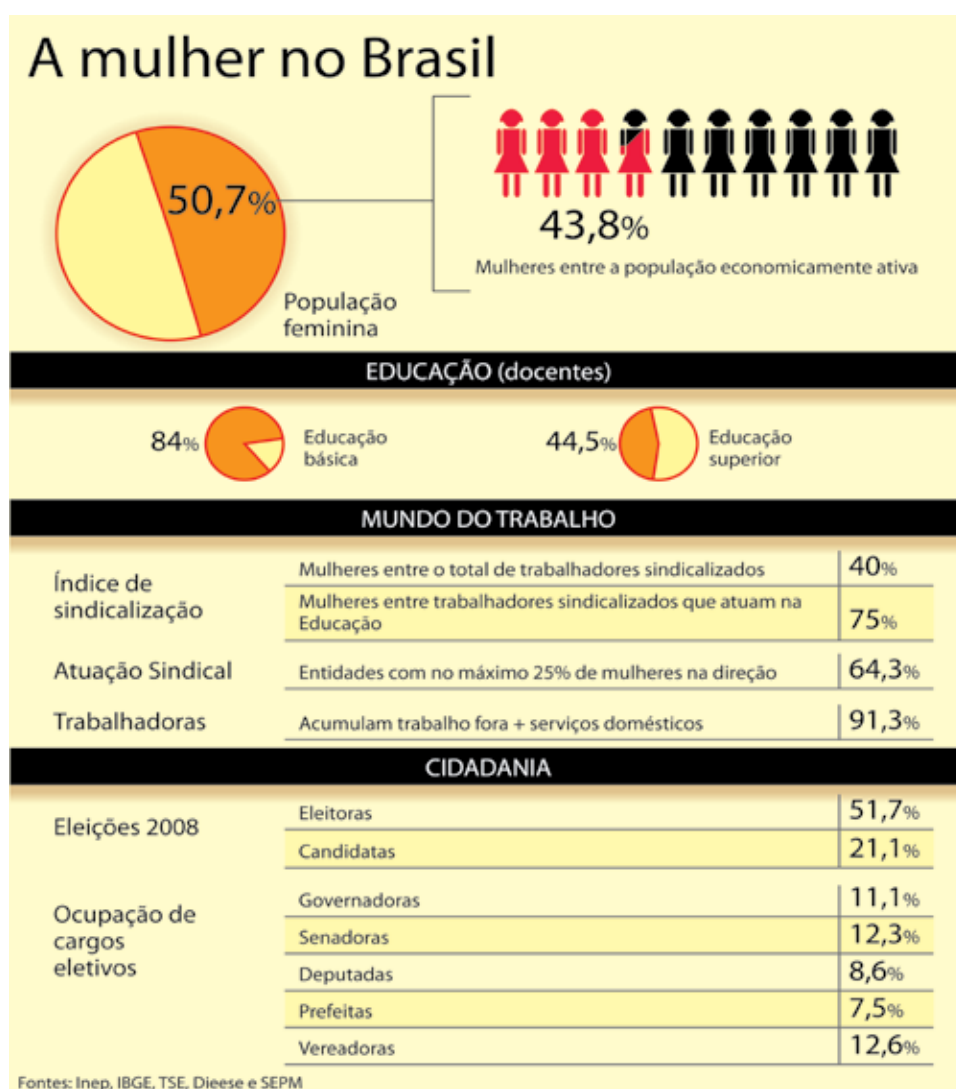
O desafio é grande, mas a força da mulher é incontestável e já vem colhendo resultados significativos e emblemáticos. Entre as vitórias alcançadas, destaca-se a promulgação da Lei nº. 11.340/2006, mais conhecida como Lei Maria da Penha, que se transformou em instrumento legal capaz de intimidar e punir a violência doméstica contra a mulher.

Outro ponto relevante é o crescimento da atuação feminina no mundo do trabalho. Em 2006, 59% das mulheres (acima de 16 anos) estavam ativas, ou seja, empregadas ou à procura de emprego. Segundo a ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – SPM, Nilcéa Freire, tal conquista é fruto da mudança

de valores relativos aos papéis e espaços destinados à mulher, do aumento dos anos de estudo e da expansão do nível de emprego em diferentes setores da economia nacional. Contudo, Nilcéa pondera que apesar dos notáveis avanços na correção de distorções sociais que oprimiam a liberdade das mulheres nos últimos 50 anos, “há muito esforço a ser empreendido para a disseminação de atitudes igualitárias e valores éticos. É esforço de homens e mulheres transformar essa cultura”.

Em relação às perspectivas de trabalho no setor educacional, a mulher que opta por atuar na educação tem um caminho caudaloso. Não apenas por enfrentar as dificuldades impostas ao exercício do magistério no Brasil, mas porque o recorte sexista apresenta suas características também nesta atividade profissional. Elas são hoje maioria nnos bancos da universidade (55,7%) e pesquisas indicam também aumento no quadro de mulheres docentes no ensino superior. Entretanto, ocupam apenas 44,5% do corpo docente dessas instituições. Já no ensino básico, onde a remuneração é inferior, representam 84% da força de trabalho.

É para confrontar essa situação e expor as necessidades das trabalhadoras que a CONTEE avança no debate e amplia a atuação da entidade nas instâncias de discussão e formulação de políticas públicas de gênero. No último período, a Confederação ganhou maior projeção nas relações com entidades vinculadas à questão da diversidade, participando de atividades nacionais e internacionais e ocupando espaços de articulação do movimento social. O destaque mais recente foi a nomeação da entidade no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher como suplente, em maio de 2008. Desde então, a Secretária de Gênero e Etnia da CONTEE, professora Rita Fraga Zambon, representa a entidade e acompanha os debates e reuniões do Conselho, ligado à SPM, que passou a ter também função deliberativa. 



Em dezembro de 2006, a CONTEE promoveu o I Encontro do Movimento Negro e Educação, em São Paulo/SP. Em pauta a atuação das entidades sindicais frente ao preconceito e à discriminação racial. O debate destacou a incorporação da luta dos afro-descendentes às bandeiras da classe trabalhadora. No ano seguinte, em novembro de 2007, a capital baiana recebeu a segunda edição do Encontro para tratar dos desafios da aplicação da Lei nº. 10.639/2003, que estabelece a inclusão do estudo da "História e Cultura Afro-Brasileira" na educação básica. A importância da boa formação dos professores foi apontada como condição primordial para que a iniciativa seja bem sucedida e possa contribuir para a superação do racismo na sociedade brasileira.

Movimento Negro e Educação

Educação na pauta Positiva

Felizmente, o último período registrou diversas iniciativas favoráveis e importantes para a educação brasileira. Entre as novidades destacamos três conquistas positivas, que merecem ser comemoradas.

Vitórias da educação

Boas notícias para a educação marcaram o mês de julho de 2008. Uma delas foi a aprovação da PEC 96/03, que acaba com a Desvinculação das Receitas da União para a área da educação. A chamada “DRU” permite ao governo o livre manejo de um percentual do orçamento, retendo recursos que poderiam ser investidos em áreas estratégicas, para destiná-lo à geração de superávit primário. Pelo projeto aprovado no Senado, a DRU para educação será reduzida gradativamente, a partir de 2009, até ser extinta em 2011. Outro motivo para comemoração foi a sanção do presidente Lula, ao projeto que estabelece o piso salarial de R\$ 950 para os professores da educação básica pública em todo o Brasil – fruto de luta dos trabalhadores pela valorização do magistério. Por fim, também foram aprovados no Senado projetos que criam 49 mil cargos em universidades e escolas técnicas públicas federais. A criação de cargos, o piso nacional do magistério e o fim da DRU para a educação são importantes conquistas que, aliadas à recente expansão das universidades federais, permitem o avanço da educação pública de qualidade.

Sociologia e Filosofia estão de volta ao currículo no ensino médio

O dia 2 de junho de 2008 ficará na memória daqueles que lutam por educação de conteúdo humanista, capaz de formar cidadãos críticos e aptos a exercerem seus direitos. Nessa data foi sancionada a lei que torna obrigatória a inclusão de Filosofia e Sociologia no currículo das escolas de ensino médio, disciplinas que haviam sido banidas das salas de aula por determinação do regime militar. Já em 2006, o Conselho Nacional de Educação indicava, através de resolução, que os governos estaduais incorporassem as disciplinas e previa um ano para a adaptação. A luta dos docentes agora se volta para a efetiva aplicação da lei, através da contratação de profissionais no ensino público e privado.

Quando o Estado cumpre seu papel

Uma vitória da fiscalização e da regulamentação do ensino superior privado no País. O MEC ordenou o corte de 24 mil vagas em 49 cursos de Direito considerados inadequados, a partir de cruzamento do desempenho no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) e no Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD). O Ministério também ouviu os apelos da OAB por maior fiscalização e, agora, o parecer do Conselho Federal da Ordem é peça importante para a autorização de abertura de novos cursos.

Espera-se que a medida, acompanhada de outras, como a determinação de contratação de mais doutores e mestres e professores de dedicação integral, contribua para a melhoria dos cursos e coloque um freio na voracidade das grandes instituições de ensino particulares que, não raro, praticam a expansão de vagas sem a devida contrapartida de qualidade.

Lobby privado cria Frente Parlamentar

O já conhecido *lobby* das mantenedoras do ensino superior privado ganhou impulso no Congresso Nacional e merece a atenção dos trabalhadores em educação. Neste sentido, foi criada em dezembro de 2007 a Frente Parlamentar em Defesa do Ensino Superior – por iniciativa do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior do Estado de São Paulo (Semesp). Segundo a própria entidade patronal, o objetivo é conter o ‘detalhismo’ das portarias, decretos, leis e resoluções do Ministério da Educação. A iniciativa conta com o apoio de parlamentares de diversas legendas nas duas casas do Congresso, Câmara e Senado.

Desafios para a nossa luta

Ainda que as políticas de educação tenham apresentado avanços, não podemos perder de vista os desafios e lutas que se colocam para o setor. Ressaltamos dois dos principais aspectos negativos da agenda educacional que exigem atenção redobrada.

Abertura de capital: precedente perigoso

Começou com a Anhanguera Educacional, em março de 2007, e até agora outros três grupos – Kroton Educacional, Estácio Participações e Sistema Educacional Brasileiro (SEB) – seguiram o mesmo caminho: a abertura de capital na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa). Isto significa que as ações destas instituições de ensino estão à venda, com o intuito de captar recursos e atrair investimentos, muitas vezes de capital especulativo internacional.

A iniciativa pode ser considerada como uma das piores notícias relacionadas ao ensino privado de todos os tempos. Nenhum movimento anterior atingiu tamanha proporção no sentido de ratificar a concepção de educação como mercadoria. A abertura de capital no setor educacional é terrível para o País e abre um precedente muito negativo para a intensificação da mercantilização, com vistas à desnacionalização da educação brasileira. Mais do que nunca é necessário consolidar o conceito constitucional de educação como um direito e um dever do Estado. Educação não é Mercadoria!

Durante encontro da CPLP-SE, representantes dos sindicatos de professores dos países africanos de língua portuguesa relataram a dura realidade enfrentada pela categoria e o impacto devastador da epidemia da AIDS no continente.



A educação também *pode salvar vidas*

A importância da cooperação internacional e do auxílio mútuo entre as Nações é defendida, praticada e valorizada pela CONTEE. Recentemente, a entidade teve oportunidade de reafirmar este compromisso ético, durante a participação na Conferência Extraordinária da Comunidade de Países de Língua Portuguesa – Sindical de Educação (CPLP-SE), realizada em maio de 2008, em Lisboa (Portugal), abrindo uma nova frente de solidariedade entre os trabalhadores brasileiros e

africanos.

O encontro aconteceu na véspera do Congresso da Federação Nacional dos Sindicatos da Educação de Portugal – que também contou com a presença da entidade brasileira – e reuniu

representantes de sindicatos de trabalhadores em educação de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e S. Tomé e Príncipe. Apenas o Timor Leste esteve ausente, em função dos graves conflitos no país.

Durante a reunião, os participantes apresentaram informações sobre a realidade educacional de seus países. A CONTEE destacou a luta contra a mercantilização da educação e os desafios da ampliação do acesso ao ensino público no Brasil. Portugal tratou das recentes vitórias frente ao governo local, que se viu obrigado a atender as reivindicações da categoria. Os representantes dos países africanos, entretanto, mudaram o tom do debate e fizeram duros e comoventes relatos sobre as profundas dificuldades vividas por eles.

Além das questões da instabilidade política e econômica, deram conta de modo generalizado da difícil realidade da educação na África. Destacaram a superlotação das salas de aula (por vezes com 150 alunos) e a péssima remuneração dos professores – como no caso de Guiné-Bissau, em que o salário mínimo do docente não ultrapassa 50 euros (cerca de 120 reais ou 77 dólares). Entretanto, o principal problema apontado é de fato a epidemia da AIDS no continente.

Apesar dos significativos avanços observados na última década, pesquisas recentes afirmam que 22,5 milhões de pessoas vivem atualmente com o vírus na África, sendo esta a principal causa de morte na região. De acordo com a divisão de iniciativas globais do Programa Conjunto das Nações Unidas para HIV/AIDS (UNAIDS), entre a população infectada, 60% são do sexo feminino e sete em cada dez não têm acesso a nenhum tratamento. Em consequência disso, mais de 11 milhões de crianças já perderam pelo menos um dos pais.

Os problemas da contaminação estão também diretamente ligados a delicadas questões culturais e religiosas – típicas das relações patriarcais, que explicam a proporção de mulheres infectadas. Entretanto, esta constatação não justificativa a inoperância. Neste sentido, a educação torna-se fator estratégico na luta contra a epidemia. Especialmente, porque também tem sido atingida, uma vez que muitos professores, se não estão contaminados, sofrem em decorrência da doença

e as crianças ainda em processo de alfabetização por vezes não possuem expectativa de vida ou são órfãs. Conceber a educação frente a esta realidade é um grande desafio para o qual os representantes sindicais africanos pedem o apoio das entidades de educação do Brasil e de Portugal.

Ao expor a gravidade da questão, solicitaram também o auxílio para a realização conjunta de uma caravana que percorrerá aldeias e escolas, a fim de levar informações e promover discussões com alunos e professores sobre os riscos da doença e suas formas de prevenção. Outra demanda apresentada foi a necessidade de que os membros da CPLP-SE com maiores condições financeiras e de organização promovam cursos de formação e capacitação para os sindicalistas africanos.

De acordo com a Coordenadora geral da CONTEE, Madalena Guasco Peixoto, presente na Conferência, em contatos informais após a reunião os relatos foram mais detalhados e os apelos de solidariedade ainda mais contundentes. Segundo Madalena, a CONTEE está convicta da necessidade de um es-

Muitos professores, se não estão contaminados, sofrem em decorrência da doença e as crianças por vezes não possuem expectativa de vida ou são órfãs.

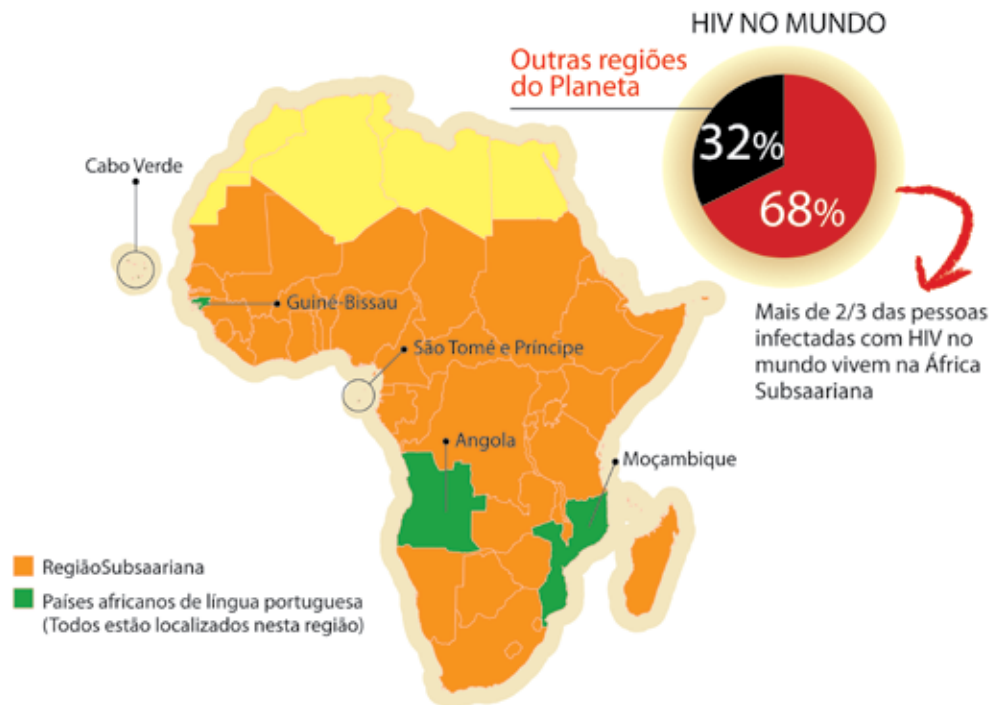
tratamento das relações com os sindicatos dos professores dos países africanos de língua portuguesa. “Pretendemos realizar em breve, em parceria com a CNTE, um encontro da CPLP-SE no Brasil. Além disso, vamos participar da

caravana de luta contra a AIDS e na medida de nossas possibilidades faremos todo o esforço possível para colaborar com a formação sindical dos companheiros”.

Ao final do encontro, foi aprovada a “Decla-

ração de Lisboa”, que pontua as deliberações da Conferência e indica as principais questões a serem desenvolvidas no próximo período. A íntegra do documento pode ser encontrada na página da CPLP-SE na internet: www.cplp-se.org

África Subsaariana é a região mais afetada



A AIDS nos países de língua portuguesa

Em julho de 2008, a CPLP e a UNAIDS divulgaram o estudo: “Epidemia de HIV nos países de língua portuguesa”.
Veja a seguir alguns dos principais dados da pesquisa:



ANGOLA
16 milhões de habitantes
41,5% abaixo da linha de pobreza
2,1% infectados pelo HIV
40 anos – expectativa média de vida



CABO VERDE
518 mil habitantes
57% pobre ou muito pobre
0,5% a 1,5% infectados pelo HIV
72 anos – expectativa média de vida



MOÇAMBIQUE
20 milhões de habitantes
78% abaixo da linha de pobreza
16% infectados pelo HIV (entre 15 e 49 anos)



S. TOMÉ E PRÍNCIPE
155 mil habitantes
50% abaixo da linha de pobreza
1% infectado pelo HIV
58,5 anos – expectativa média de vida



BRASIL
184 milhões de habitantes
4,2% abaixo da linha de pobreza
0,6% infectados pelo HIV
70 anos – expectativa média de vida



GUINÉ-BISSAU
1,6 milhão de habitantes
2/3 abaixo da linha de pobreza
8,7% infectados pelo HIV



PORTUGAL
10,5 milhões de habitantes
78,5 anos – expectativa média de vida
Apenas ligeiramente afetada pelo HIV



TIMOR LESTE
1 milhão de habitantes
41% abaixo da linha de pobreza
0,2% a 0,5% infectada pelo HIV



Comercializar estudantes é crime

DESNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

A venda de instituições privadas de educação superior para empresas internacionais é um crime contra a educação no Brasil. É inaceitável a ingerência de especuladores estrangeiros nos assuntos educacionais do nosso País.

A educação desempenha um papel estratégico para o desenvolvimento e a soberania nacional. É urgente que o governo Lula tome medidas que impeçam o avanço dessas negociatas.

EDUCAÇÃO NÃO É MERCADORIA!

contee

Confederação Nacional dos Trabalhadores
em Estabelecimentos de Ensino
www.contee.org.br



Confederação Nacional dos Trabalhadores
em Estabelecimentos de Ensino

www.contee.org.br